

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E SAÚDE

Luana Dos Santos Goulart

**Concepções sobre violências:
Intervenção com homens acusados de violência conjugal**

Porto Alegre, 2023

Luana Dos Santos Goulart

**Concepções sobre violências:
Intervenção com homens acusados de violência conjugal**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Gonçalves Boeckel.

Porto Alegre, 2023

Catálogo na Publicação

Dos Santos Goulart, Luana

Concepções sobre violências : Intervenção com homens
acusados de violência conjugal / Luana Dos Santos
Goulart. -- 2023.

59 f. : 30 cm.

Tese (doutorado) -- Universidade Federal de Ciências
da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia e Saúde, 2023.

Orientador(a): Mariana Boeckel.

1. Violência de gênero. 2. Masculinidade. 3. Lei Maria
Da Penha. 4. Intervenção em grupo. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

**Concepções sobre violências:
Intervenção com homens acusados de violência conjugal**

BANCA AVALIADORA

Profa. Dra. Angélica Paula Neumann
URI Câmpus de Erechim

Profa. Dra. Clarissa De Antoni
Universidade Federal de Ciências
da Saúde de Porto Alegre

Dra. Denise Falcke
Departamento de Psicologia da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Porto Alegre, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois creio que neste trajeto, Ele me fortaleceu a cada etapa. À minha família, em especial à minha mãe, Antonieta, e ao meu pai, Jaime, por me apoiarem nesta jornada.

Sou extremamente grata à minha orientadora Mariana, que me acolheu com afeto, me orientou com paciência e maestria, uma inspiração como profissional e como ser humano. À toda a equipe do grupo de pesquisa Famílias & Contextos, que contribuiu para que meu projeto fosse aplicado. Em especial, à minha dupla, o mestrando Andrey, que caminhou comigo, tornando o processo mais leve.

Agradeço às Dra Madgéli Franz e Ivete Vargas, as pessoas responsáveis pela parceria entre Foro Central de Porto Alegre e UFCSPA, e que viabilizaram as pesquisas. Sem as pessoas que aceitaram participar da pesquisa, nada teria acontecido, portanto, meu agradecimento a todos os participantes.

Para sempre serei grata aos meus amigos, que compreenderam minha ausência e permaneceram na minha vida, manifestando carinho e cuidado comigo. Agradeço à equipe do CRAM, que compreendeu todas as minhas necessidades em relação às demandas do mestrado, facilitando meus horários e atividades sempre que preciso.

Muito obrigada à Adriane Gomes, minha ex-professora de Inglês, que hoje é uma amiga próxima e afetuosa, que gentilmente realizou a revisão dos resumos escritos na língua inglesa.

À Banca Avaliadora, Dra. Angélica, Dra. Clarissa e Dra. Denise, que se disponibilizaram para me auxiliar neste processo, desde a pré-qualificação do meu projeto de pesquisa, com contribuições que fizeram diferença no processo de elaboração do estudo. À Universidade Federal De Ciências Da Saúde De Porto Alegre, que recebe os alunos com todo preparo e estrutura para realizarem suas pesquisas.

Por fim, meu muito obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para que este momento fosse possível.

RESUMO

Os altos índices de Violência por Parceiro Íntimo (VPI) apontam que se faz necessária a intervenção efetiva para o combate da violência de gênero. A Lei Maria Da Penha tipifica cinco violências: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. O objetivo deste estudo é conhecer e analisar qualitativamente as concepções dos homens acusados de violência contra a mulher, participantes do Grupo Psicoeducativo com Homens Acusados De Violência (GPHAV- versão on-line) de uma capital do Sul do Brasil, acerca da temática violências, pré-intervenção e após. Esta pesquisa conta com 18 participantes, todos homens acusados pela Lei Maria da Penha e utiliza dados provenientes do grupo focal que ocorre pré e pós intervenção. Os resultados demonstram haver uma variação entre os dados coletados entre os dois grupos focais, indicando que após GPHAV, há uma maior compreensão das violências que permeiam as relações, para além da agressão física. Estes resultados indicam que após a aplicação do protocolo, os participantes têm maior conscientização sobre desregulação emocional, reconhecimento da própria dor e empatia com a dor do outro. Ressalta-se a importância de mais estudos para intervenções mais contundentes com homens acusados de violência contra a mulher.

Palavras chaves: Violência por Parceiro Íntimo, Maria da Penha, Violências, Resolução de Conflitos.

ABSTRACT

The high Indexes of Intimate Partner Violence (IPV) indicate that effective intervention is necessary to combat gender-based violence. Maria Da Penha Law typifies five types of violence: physical, psychological, moral, property and sexual. The objective of this study is to understand and qualitatively analyze the conceptions of men accused of violence against women participating in Psychoeducational Group with Men Accused of Violence (PGMAV - online version) in a capital in the South of Brazil regarding the topic of pre-intervention violence and after. This research has 18 participants, all men accused under the Maria da Penha Law and uses data from the focus group that takes place pre and post intervention. The results demonstrate that there is a variation between the data found between the two focus groups, indicating that after GPHAV there is a greater understanding of the violence that permeates relationships, in addition to physical aggression. These results indicate that after applying the protocol, participants have greater awareness of emotional dysregulation, recognition of their own pain and empathy with the pain of others. The importance of further studies for more incisive interventions with men accused of violence against women is highlighted.

Keywords: Intimate Partner Violence, Maria da Penha, Violence, Conflict Resolution.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GPHAV – Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher

HAV – Homens Autores de Violência

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan Americana da Saúde

TCC – Teoria Cognitivo Comportamental

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJRS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

VPI – Violência por Parceiro Íntimo

WHO – World Health Organization

APRESENTAÇÃO

Ainda na infância me deparei com a Psicologia, podendo conhecer um pouco sobre o papel do Psicólogo. Quando criança apresentei traços ansiosos e meus pais tiveram a sensibilidade de compreender que eu precisava de psicoterapia. Isto faz muitos anos, mas me lembro de alguns recortes das sessões, e cresci com a certeza do impacto benéfico da psicoterapia na minha vida.

Desde cedo, foi despertado em mim que é necessário cuidar do emocional, que isto é valioso e constrói qualidade de vida. Uma característica minha que destacou-se durante a adolescência foi sempre estar em meio aos conflitos, mediando. O que resultou em muitos comentários de meus familiares e amigos, sobre a Psicologia combinar comigo. Ainda no terceiro ano do ensino médio, motivada a pesquisar sobre a graduação, tomei a decisão e ingressei no curso de Psicologia.

Ao longo deste percurso de graduação, deparei-me com muitas temáticas interessantes, mas desde os meus estágios de clínica, algumas demandas me causaram maior impacto. É elevado o número de pessoas que sofrem com as dinâmicas de suas relações amorosas e que mesmo em sofrimento, seguem o relacionamento, perante uma normalização de movimentos e situações que caracterizam-se como violência.

Desde o início na minha jornada como estudante de Psicologia, me encantei com programas de pós-graduações, a partir da fala de professores, principalmente. Nas minhas pesquisas por instituições para o mestrado, após concluir minha pós em atendimento clínico, encontrei a UFCSPA. Após formada, se intensificou em minha prática clínica discursos que permeavam esta temática de conflitos conjugais. As demandas clínicas concomitante ao meu desejo de cursar um mestrado, me levaram até a Mariana Boeckel, que me acolheu com muito afeto.

Após concluir minha pós-graduação na UFRGS, com ênfase em Psicanálise, permiti-me modificar a abordagem teórica, ao me aproximar da Terapia do Esquema e me encantar. Nos últimos anos, tenho me autorizado a revistar as minhas escolhas, e aceitar que nada precisa ser estático. Depois de planejar minha carreira com atendimentos clínicos e futuras aulas, me vi embarcando em uma nova jornada ao tornar-me psicóloga no SUAS, no equipamento CRAM. Onde atendo a demanda de mulheres em situação de violência.

Uma experiência ímpar poder acompanhar ambos envolvidos na violência de gênero, as mulheres no Centro de Referência de Atendimento às Mulheres e os homens no Grupo Psicoeducativo com Homens Acusados de Violência.

O mestrado foi um marco em minha vida profissional e pessoal, sem dúvidas. Aplicar o protocolo é sobre revisitar também as nossas certezas e a nossa história. Aquilo que perpassa a vida dos participantes, também é sobre o que transcorre, de alguém modo, no viver dos facilitadores.

Poder contribuir com os estudos sobre violência por parceiro íntimo, me desafiou e me fez vislumbrar a construção de novas realidades.

“Se você acha que o amor não deve machucar você está certa... Pra tudo que destrói e é violento damos o nome de abuso.”

-Ryane Leão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Masculinidades e a Violência	13
1.2 Violência e Transgeracionalidade	15
1.3 Violência conjugal	17
1.4 Grupos reflexivos com homens	22
2. OBJETIVOS	26
2.1 Objetivo Geral	26
2.2 Objetivos Específicos	26
2.3 Questão norteadora	26
3. REFERÊNCIAS	27
Sessão 1: Intervenção com acusados de violência contra a mulher: Concepções acerca das violências	33
1. INTRODUÇÃO	34
2. MÉTODO	38
Delineamento	38
Contextualização do protocolo Grupo Psicoeducativo com Homens acusados de Violência contra a Mulher (GPHAV-online)	
Participantes	38
Instrumentos	39
Plano de Coleta de Dados e Considerações Éticas	39
Plano de Análise de Dados	40
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
Tema 1: As violências	41
Tema 2: A infância violada	43
Tema 3: Prudência, homens!	43
Tema 4: A violência não está a cargo do destino	45
Tema 5: As violências	46
Tema 6: Dificuldade no (auto)reconhecimento	48
Tema 7: Reconhecimento da raiva	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
5. REFERÊNCIAS	53
CONCLUSÕES GERAIS	57

1. INTRODUÇÃO

1.1 Masculinidades e a Violência

Ao pensar sobre a concepção dos homens acerca das violências, é importante compreender como tais percepções são formadas, para isto, precisamos olhar para as masculinidades e suas construções. O processo de interiorizar as possibilidades de ser homem é um labor que pode gerar sofrimento psíquico, pois, muitas vezes, há restrições às condições inerentemente humanas, independentemente de ser homem ou mulher. Existe uma demanda de divisão de papéis e funções, onde o menino precisa reprimir qualquer sentimento e expressão que seja considerada feminina, construindo, então, padrões de como um homem deve se sentir, se portar e se expressar. Elementos estes que se articulam, arquitetando uma rede de diversos dispositivos disponíveis para os homens, em que a violência encontra-se a disposição em uma lógica da masculinidade em oposição à feminilidade (Silva, 2014).

Alsarve (2021) argumenta que a violência masculina, seja em circunstâncias privadas ou coletivas, refere-se a comportamentos aprendidos, ou seja, um modo de expressar a demanda da sociedade enquanto performance que represente o masculino. A produção e a reprodução de identidades masculinas encontram-se em uma série de ações performáticas, o que coloca a violência em um lugar relacional importante. Neste sentido, é atribuída ao macho a necessidade de incluir ações violentas em seu repertório para gerar, em si, traços que o defina realmente como homem. Assim, Martin (2021) pontua ser compreensível que um menino, enquanto criança do sexo masculino, quando começa a crescer, manifeste ações violentas. Além de haver muitas mudanças neste processo de desenvolvimento físico e cognitivo, como aumento de testosterona e outros hormônios, há, também, um amplo padrão cultural sobre ser homem cujas ações violentas estão significativamente presentes nas formulações de identidades masculinas.

Sobre a formação de identidade e gênero, Messerschmidt (2019) salienta sobre o termo masculinidade hegemônica, que é utilizado como o conceito de naturalização e legitimação das relações de gênero desiguais entre o masculino e o feminino e, também, entre as outras masculinidades subordinadas. O que há na essência da masculinidade hegemônica que se manifesta no cotidiano das relações

é uma autorização legítima de uma persuasão discursiva, que permeia a cultura de tal modo que é um consentimento para ser incorporado nas relações, uma adaptação do feminino e de masculinidades subordinadas à masculinidade hegemônica. Ou seja, a masculinidade hegemônica forma uma orquestra coletiva que naturaliza as relações de gênero desiguais (Messerschmidt, 2019).

Ainda sobre as identidades de gênero e as desigualdades produzidas, é importante referir o patriarcado, o qual está institucionalizado na cultura, sendo um aspecto que atravessa as formações dos sistemas familiares e dos sistemas sociais como um todo (Santos & Moré, 2011). O patriarcado se organiza a partir de códigos relacionados à honra na narrativa dos envolvidos no contexto de violência, valores esses inscritos no funcionamento das relações. Representações que permitem controlar, cercear os direitos de escolha e liberdade, fiscalizar e punir, impedir, obrigar, inspecionar e bater, pois o valor da honra legítima o ato e o minimiza quando surge nas relações amorosas e afetivas (Machado, 2000). Tais pilares, como machismo, masculinidade hegemônica e patriarcado, perpassam a estrutura cultural e as diferenciações sobre feminino e masculino, normatizando o poder do masculino nas relações e a subordinação do feminino. O termo patriarcado, para além do poder familiar, advém do poder paterno, referindo uma estrutura social que nasce do poder do pai. Tal arranjo se edificou no laço social, definindo papéis essenciais e papéis secundários, com as mulheres ocupando somente o espaço doméstico, não participando das construções de eixos das organizações culturais, e com os homens ocupando os espaços públicos onde se estabelece o poder político que organiza as civilizações (Balbinotti, 2018).

Além das muitas variáveis biopsicossociais envolvidas na violência e no comportamento violento, percebe-se um processo de naturalização da violência contra a mulher que se fortaleceu ao longo dos séculos, o que torna mais árduo o trabalho de desconstrução de modos tão solidificados e enrijecidos, demandando com urgência intervenções eficazes (Vasconcelos & Cavalcante, 2019). O ato violento em situações de conflito que este homem acusado de violência contra a mulher está envolvido é um fenômeno complexo e múltiplo. É interessante voltar os estudos ao homem, compreendendo os fatores que contribuem para a prática da violência e os possíveis dispositivos para evitar e impedir que esta seja uma estratégia de enfrentamento perante às dificuldades nos relacionamentos conjugais (Vasconcelos & Cavalcante, 2019). Neste sentido, é estruturante das relações

conjugais, os papéis e funções atribuídos ao feminino e ao masculino, concepções de amor e resolução de conflitos (Araújo, 2017). A constituição masculina demanda posicionamentos específicos de como o homem deve sentir e expressar-se (Silva, 2014). No entanto, a limitação e os estereótipos desses papéis e funções que aprisionam e colocam em risco a saúde conjugal. É importante lembrar que esses aprisionamentos são socioculturais e históricos, passados de geração para geração.

Nesta perspectiva, muitos são os aspectos envolvidos na violência por parceiro íntimo, sendo um deles a transgeracionalidade, a qual refere-se à história familiar daquele que pratica a violência como um recurso para resolução dos conflitos ou como forma de autorregular-se. O sustento emocional adquire-se pela via transgeracional (Razera, Cenci & Falcke, 2014). Inclusive, olhar para esta origem transgeracional é uma via de acesso às intervenções possíveis, pois é preciso que o autor de violência reflita o seu funcionamento, de onde aprendeu a funcionar de tal forma, como aprendeu a lidar com suas emoções, como seus cuidadores lidavam com os conflitos, como conversavam, como se comunicavam, qual violência se apresentava e em qual intensidade, como escalava a violência em meio às dificuldades, e como os afetos eram demonstrados, ou seja, como internalizaram as dinâmicas relacionais em sua família.

1.2 Violência e Transgeracionalidade

O espaço familiar deveria ser de pertencimento e de proteção, no entanto, a realidade evidencia que este mesmo lugar é onde se encontra violência (Sant'Anna & Penso, 2016). Neste contexto, a família é apontada como a principal instituição social que atua nos processos de construções de identidade (Giffin, 1994), ou seja, as formações culturais atravessam as organizações familiares, as quais, por sua vez, atuam fortemente nas concepções de gênero. O sistema ideológico oferece um modelo que normatiza ações específicas masculinas e femininas, sendo presentes no machismo as raízes deste modelo que remete ao homem superior, estabelecendo relações de poder e produções de controle. É pelos fortes aspectos culturais que se manifesta a construção de masculino e feminino, legitimando o poder do homem sobre a mulher, e, assim, criando um espaço propício para o surgimento dos atos violentos. A teoria familiar sistêmica ressalta o quanto a transmissão geracional sobre os estereótipos dos papéis e funções masculinos e femininos na sociedade impactam o jeito das pessoas serem e existirem no mundo,

muitas vezes, naturalizando o poder para o homem e a submissão para a mulher, facilitando a propensão de um cenário de violência conjugal (Sant'Anna & Penso, 2016).

Lamoglia e Minayo (2009) argumentam que, ainda no século atual, existem problemáticas muito específicas pelo fato de se nascer mulher. A mentalidade machista da sociedade reatualiza o controle do viver das mulheres, havendo o sentimento de posse que leva o homem ao ponto de justificar seus atos violentos por razões de honra. Toda a estrutura cultural construída ao longo do tempo influencia o poder sobre as esposas, companheiras e namoradas. Dentre os aspectos multifatoriais, destaca-se a transgeracionalidade. Aquilo que se vivencia no ambiente familiar, repete-se nas outras dinâmicas relacionais. É na família, onde há a constituição psíquica, é onde há os primeiros modelos de reações emocionais. É pela transgeracionalidade que os aspectos que caracterizam-se violentos e agressivos, repetem-se como transmissão geracional. (Razera, Cenci & Falcke, 2014)

Shakoor, Theobald e Farrington (2020) apontam que quando as famílias apresentam ações violentas dentre as estratégias para lidar com conflitos, o que as crianças podem aprender e internalizar é que esta é uma possibilidade para as problemáticas que surgirem. Dentre os fatores de riscos associados à transmissão de violência, está a exposição a múltiplas adversidades, exposição a violência, maus-tratos, baixa autoestima, e desvantagens socioeconômicas. A perpetração de VPI é influenciada fortemente pelas interações do contexto em que o indivíduo está inserido, fatores sociais, biológicos, psicológicos e de personalidade (Shakoor et al., 2020).

Raiford, Seth, Braxton e DiClemente (2013) argumentam que VPI pode ser conceituada por abusos contínuos, tais como tentativas de homicídio, agressão física, agressão sexual, abuso psicológico, aos quais incluem ameaças, assédios, coerção e intimidação. Violações estas que podem ser estabelecidas por meio de uma normalização da violência como forma de gerir conflitos (Raiford et al. 2013; World Health Organization, 2013). A violência como modo de resolução de conflitos tem consequências que se manifestam intensamente pela via transgeracional, escoando das bordas familiares para sociedade e também da cultura para as formas como as famílias se organizam; é preciso, então, pensar a educação sobre

conjugalidade como uma forma preventiva para a violência (Boeckel, Falcke & Wagner, 2018).

Pensar sobre violência e transgeracionalidade necessita reflexões sobre a forma como o gênero é concebido de geração em geração. Para Zanello (2018), o gênero é compreendido não como um agir livre, mas como uma performance que segue *scripts* culturais que são estilizados até que seja fixado, ou seja, há práticas sociais a serem seguidas que se repetem de geração em geração. Não é a diferença sexual biológica que estabelece padrões a serem seguidos, mas sim os códigos linguísticos e as representações culturais, esses códigos perpassam a cultura e encontram-se no modo como as famílias se organizam (Zanello, 2018). Enquanto para o homem é ensinado uma masculinidade hegemônica, à qual tem como um dos pilares principais que homens de verdade devem “consumir” mulheres, ou seja, todo efeito no engendramento das subjetividades se enquadra entre exigências e punições (Zanello, 2018). Exige-se uma representação do que se espera de um homem e de uma mulher e, caso a demanda não seja correspondida, há punições para aqueles que não seguem o *script* feminino e masculino sobre como ser no mundo. Ao seguirem o que lhe é atribuído e demandado enquanto mulher e enquanto homem, quando os dois escolhem estabelecer um relacionamento conjugal, todos estes ruídos internalizados, como as formas desadaptativas de resolver conflitos e a não habilidade de regular-se emocionalmente, ecoam de forma intensa e a violência pode fazer-se presente.

1.3 Violência conjugal

Violência conjugal é um fenômeno de múltiplas facetas que se manifesta de variadas formas: psicológica, física, sexual, patrimonial, moral, entre outros modos. Tanto homens como mulheres sofrem violências nas relações, mas por questões de gênero, há uma diferenciação de como as agressões ocorrem, sendo as mulheres atingidas de um modo mais grave (Lamoglia & Minayo, 2009). Os números alarmantes da violência conjugal reforçam a necessidade de compreensão do fenômeno para além do ambiente domiciliar (Falcke et al, 2009). A violência por parceiro íntimo (VPI) é caracterizada por uma dinâmica relacional em que há atos violentos, tanto físicos quanto emocionais, coerção sexual e controle sobre a outra pessoa, seja por parte de companheiros de relações atuais ou anteriores (Vasconcelos & Cavalcante, 2019).

A origem da palavra violência vem do latim *violentia*, veemência, impetuosidade, que deriva o atributo *violentus*, ou seja, uso da força, violare, resultam no dano físico ou emocional (Boeckel et al; 2018). O termo violência é configurado por um comportamento dirigido a outra pessoa que tem como objetivo causar-lhe um dano, porém o conceito utilizado de forma isolada é insuficiente para dar respaldo ao conceito de violência contra mulher, pois aqui há algo específico para ser abordado, como questões sociais e culturais de manutenção do fenômeno ao longo das décadas. A violência de gênero é fundamentada nas conflitivas que carregam em seu plano de fundo os papéis sociais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, bases estas que surgem nos comportamentos violentos, seja no trabalho, na rua, pelo estupro, pela diferença salarial, de forma institucional ou intrafamiliar (Souza, 2010). E, neste contexto, a violência por parceiro íntimo refere-se às violências entre pessoas que mantêm ou mantinham um relacionamento afetivo (Souza, 2010).

A violência pode se manifestar de modo físico, psicológico, patrimonial, moral e sexual (Brasil, 2006). A agressão psicológica corresponde a ações como insultar, ofender, ameaçar, virar as costas em meio a uma briga, assim como também destruir objetos pessoais. Pode aparecer por meio de um ciúme e controle, violência psicológica impacta o funcionamento psíquico e autoestima e não é incomum que comportamentos intensos e violentos sejam interpretados como prova de amor e cuidado (Brasil, 2006). A agressão emocional envolve uma série de atitudes e expressões que visam aviltar ou negar a maneira de ser de outra pessoa, há indiferença às demandas afetivas de outras pessoas (Hirigoyen, 2006). Violência física, (empurrar, agarrar, dar tapas ou socos, jogar objeto, torcer o braço, puxar o cabelo, bater, chutar, jogar contra a parede, queimar, ou escalar, usar uma faca ou arma de fogo (Brasil, 2006). Enquanto a violência moral se configura como qualquer conduta que seja de calúnia, difamação ou injúria. Patrimonial sendo a ação de reter, subtrair, destruir parcial ou total os objetos da mulher. E a violência sexual é caracterizada com o fato de haver participação da mulher em alguma relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força

A dificuldade de perceber as formas de expressão da violência prejudica a interrupção de uma escalada da violência (Boeckel et al, 2018). Agressão na vida conjugal é um sintoma, o casal envolvido no ciclo da violência está imerso em um padrão de repetição, que segue a lógica de um início pleno, que passa por uma

tensão e a resolução desta tensão é pela via da violência. Esta teia se dá por um contrato inicial, não verbal, mas que se instala na dinâmica do casal, em que haverá uma dependência mútua onde as necessidades não serão individuais e se fundirão. Quando surge a tensão de algum modo este contrato é quebrado. Surge, então, a sensação de frustração, que pode ser expressa pela raiva, principalmente quando há dificuldade de identificação do que realmente está acontecendo, do que se sente. Com o objetivo de cessar a diferença que surgiu na tensão, a violência aparece. Neste processo, acontece o que se chama de escalada da violência, onde geralmente ações violentas aparecem de modo mais leve até ficar muito intenso. Por não haver uma consciência, reflexão do que ocorre e sobre os impactos na vida do casal, permeia uma naturalização, que faz manter a permanência na relação. Para esta manutenção, fecha-se o ciclo, com aquele momento que se rememora no início da relação, com promessas e atos de conquistas, enaltecimento do companheiro(a), aspectos do amor romântico idealizado, que leva o casal para aquela mesma posição do contrato inicial (Boeckel et al; 2018; Góngora & Miragaia, 2000).

Um traço idiossincrático da violência conjugal é que espera-se que o parceiro seja um vínculo seguro nas relações de foro íntimo, porém, é nestas relações que encontram-se os altos índices de tentativas de resoluções de conflitos pela via ineficaz da violência, portanto, quando a proteção e segurança falham entre os cônjuges, é dever do Estado e da sociedade auxiliar aqueles que se encontram em situação de violência, pois houve ali, com certeza, violação dos direitos humanos. Toda vez que esse ciclo se completa, é como se reforçasse que, de algum modo, a violência funciona como resolução de conflito, reforçando, também, a perpetuação do estereótipo masculino de que a força funciona (Boeckel et al; 2018).

No que tange aos estereótipos de gênero nos relacionamentos amorosos, Giddens (1993) diz que o amor romântico traça uma ideia de pureza da mulher, que por não ter escolhas, é objeto de posse do homem. O homem ao sentir que a mulher não o quer ou que há uma ameaça de não ser feito o que ele quer (com o objeto dele), percebe a mulher saindo da posição social a ela destinada, da mulher pura, mãe, esposa, subordinada e de isolamento ao mundo externo. A mulher é associada à entrega total e à dedicação exclusiva para o parceiro, o amor é associado à feminilidade. Araújo (2017) argumenta que esta mistura entre afeto e agressão é um suporte para que os homens demarquem sua posição, e, por muitas vezes, é o

único modo que sabem lidar com o que sentem, ao ponto do modelo de resolução das conflitivas aparecerem como violência, agravando-se por frequência e intensidade e repetindo-se inúmeras vezes. Ao ponto de a dinâmica do casal ser composta com violências naturalizadas, que surgem com ameaças, coerções, controles, desqualificações, humilhações e proibições.

Na cultura heteronormativa patriarcal, os homens lançam um olhar consuetudinário para a violência cometida, como reação normal e habitual ao que foi provocado neles, se desresponsabilizando das consequências da agressão (Blay, 2014; Banin & Beiras, 2016). Os cônjuges encontram formas de agressões toleradas no dinamismo entre os dois, havendo uma normalidade das violências, sendo algo aceitável (Araújo, 2017). Uma das dificuldades presentes é a percepção sobre a dinâmica da violência à qual se vive, e o que deixa eminente a necessidade de desenvolver mais capacidade e habilidade de refletir e tomar consciência dos padrões de relações violentas à qual se está (Vasconcelos & Cavalcante, 2019).

Ao pensar sobre os conflitos na relação conjugal, entende-se que para a resolução, a regulação emocional é uma importante ferramenta. Thompson (1994) definiu regulação emocional como os processos extrínsecos e intrínsecos que monitoram, avaliam e modificam emoções e comportamentos, principalmente quanto a intensidade e temporalidade (Lemay Overall, & Clark, 2012; Sanford, 2007; Low et al. 2019). A percepção diante o conflito pode ser de raiva, injustiça, resignação, tristeza e o que pode motivar respostas destrutivas. Pode haver um transbordamento que caracterize alguma violência, quando perpassa pelo conflito resoluções de baixa eficácia.

Low, Overall, Cross e Henderson (2019), caracterizam a regulação emocional como a capacidade e habilidade de gerenciar as sensações internas para uma boa interação social que demandam desafios emocionais, ou seja, relações e interações que de algum modo mobilizam intensamente os aspectos emocionais. Por isso, a regulação emocional durante conflitos conjugais é tão importante. A pesquisa de Low et al. (2019) aponta três principais formas de regulação emocional: desengajamento, perseverança cognitiva aversiva e engajamento colaborativo. Sendo a primeira, uma maneira pouco efetiva para a resolução de conflito, pois sua forma está em mudar o foco da situação problema, evitar e se esquivar de sentir desconfortos tanto de cognições, pensamentos e emoções. Na segunda maneira, há um engajamento, a pessoa não evita e foge da situação, mas também é pouco

efetiva, tendo em vista que o que caracteriza é uma expressão hiper emocional, ou seja, desproporcional à situação e nada assertiva. Aqui, há uma fixação no excesso do problema, de modo a ampliar o sintoma, por meio de ruminação, pensamentos e sentimentos que giram em torno do mesmo padrão de preocupação, há uma dificuldade de desvincular-se do negativo, não havendo foco na resolução de problemas de modo mais objetivo. O que ocorre aqui é uma baixa aceitação interna da demanda problemática que se apresenta, então torna-se um ciclo de ruminação como meio de tentar elaborar o que se apresentou na vida do casal à não aceitação destas experiências internas que são vistas como algo negativo e dificulta a possibilidade de alternativas para solucionar problemas. Por fim, a última estratégia de resolução de conflitos é a mais saudável para o casal: o engajamento colaborativo, na qual pensa-se nas causas e consequências e, também, foca-se em como avançar na resolução do problema. Há a aceitação das emoções negativas e responsabilidades conjuntas, incentivando a contribuição do parceiro para a discussão e resolução dos problemas em um trabalho em equipe. Os conflitos podem gerar sentimentos feridos, a vida conjugal exige que parceiros íntimos superem impulsos destrutivos emocionalmente, imbuídos a se comportar de maneira construtiva. Para isto, se faz necessária a regulação emocional, mais especificamente, a estratégia regulatória de engajamento colaborativo.

Os altos índices de VPI apontam que tal problemática se enquadra como questão de saúde pública, na qual o Estado tem como dever amparar as mulheres que sofrem violência dos seus parceiros íntimos (Lamoglia e Minayo, 2009). A Organização Pan- Americana da Saúde (OPAS, 2019) concluiu que, no Brasil, 16,7 % de mulheres entre 15 e 49 anos sofreram VPI em algum momento da vida e dentre as mulheres que relataram já ter passado por algum tipo de violência, 33% tiveram uma recorrência, caracterizando um padrão contínuo de abusos. Ainda neste sentido, a realidade da Pandemia da Covid-19 trouxe impactos diferentes para homens e mulheres (Rauhaus, Sibila & Johnson, 2020). A ONU Mulheres, com base nos registros de pedidos de ajuda via linhas telefônicas dos serviços de atendimento, deixa em perspicuo que a situação potencializou a violência, sendo a mulher, a principal vítima. Todo o contexto trouxe aumento do estresse, diminuição da renda familiar, maior tempo de convivência, aumento do consumo de álcool (Vieira, Garcia & Maciel, 2020). A experiência de epidemias recentes, como as dos vírus da Zika (2015) e Ebola (2013) mostram que momentos complexos como estes

deixam em evidência de forma exacerbada as desigualdades já existentes, tanto econômica, quanto de raça e gênero (ONU mulheres, 2020; UNFPA, 2020). Ao pensar sobre desigualdade de gênero, as três edições da pesquisa “Visível e Invisível” (FBSP, 2017, 2019 e 2021) pontuam dois fatores que reincidentem: a violência que mulheres sofrem ocorre mais frequentemente no próprio lar e os autores são pessoas próximas. Estes aspectos trazem maior complexidade no enfrentamento da realidade, na proteção das vítimas e na punição dos agressores.

De acordo com a série histórica da pesquisa Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o ano de 2022 registrou o maior percentual de mulheres vítimas de diferentes formas de violência doméstica no Brasil, dentre elas espancamento ou tentativa de estrangulamento, ameaça com faca ou arma de fogo, ofensa sexual, entre outras. No Brasil em 2022, 35 mulheres foram agredidas física ou verbalmente por minuto, 28,9% (18,6 milhões) das mulheres que relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência ou agressão, o maior percentual da série histórica do levantamento, 14 mulheres foram agredidas com tapas, socos ou chutes por minuto. Quase 6 milhões sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais. Mais de 31% afirmaram que os responsáveis pela violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses foram seus ex-cônjuges, ex-companheiros ou ex-namorados (UNFPA, 2023).

Portanto, como exposto, a VPI apresenta altos índices, tornando-se preocupação de saúde pública e ocorre nas mais diversas idades, situações socioeconômicas, portanto pode resultar em inúmeras consequências negativas, como abuso de substâncias, estresse pós-traumático, depressão e ideação suicida (Simmons, Knight, & Menard, 2015). Os índices acima apontam uma alta taxa de violências cometidas por homens contra as mulheres. O que leva à reflexão da necessidade dos homens autores de violência serem acompanhados, como modo de estratégias de enfrentamento às violências.

1.4 Grupos reflexivos com homens

Lamoglia e Minayo (2009) enfatizam que comportamentos violentos são passíveis de transformação quando o Estado investe e a sociedade também, fomentando outras perspectivas pedagógicas e jurídicas. Ou seja, não há caminho simples para a resolução da violência, mas é possível a criação de estratégias

eficazes. Nesse sentido, em 2006 a Lei Maria da Penha foi definida como uma forma de combate à violência contra a mulher, e na perspectiva de intervenções mais assertivas perante ações dirigidas aos autores de violência, houve alteração, em 2020, na Lei Maria da Penha (Brasil, 2020), estabelecendo como medida protetiva de urgência a frequência do agressor a programas de recuperação e reeducação e/ou acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio, ou seja, passa a ser obrigatório o encaminhamento dos homens autores a programas de recuperação e de reeducação (Brasil, 2020).

No que tange às intervenções com os homens autores de violência, a OMS recomenda como estratégia a fundamental no enfrentamento da VPI (OMS, 2016). Sobre os aspectos enredados na VPI, é possível uma melhor compreensão a partir da perspectiva teórica sistêmica, a qual, ao olhar o fenômeno, contextualiza por meio de uma ampliação do foco, sendo possível a visualização de um emaranhado de teias aglutinadas que formam sistemas e subsistemas interligados, os quais constituem as diferentes formas de relações (Vasconcellos, 2002). As intervenções sistêmicas nos grupos com homens autores de violência possibilitam uma compreensão mais ampla sobre a violência na conjugalidade e não apenas o olhar sobre o homem de forma isolada, mas sobre os atravessamentos dos laços sociais da VPI (Goulart, Gomes & Boeckel, 2020). O olhar sistêmico amplia a compreensão sobre a atuação dos indivíduos no mundo, possibilitando o olhar mais contextualizado acerca dos problemas sociais (Moré & Macedo, 2006). Neste sentido, subjetividades e significados da existência se constroem no coletivo (Beiras et al, 2020).

Belarmino e Leite (2020) pontuam que as primeiras intervenções na realidade Brasileira foram por meio das ONGs. Conforme Banin e Beiras (2016), até o início da década de 1990, os esforços de enfrentamento à violência estavam voltados somente para as mulheres, como, por exemplo, o incentivo para as denúncias e serviços de atenção psicossocial para mulheres em situação de violência e as estratégias de prevenção. No entanto, os estudos sobre masculinidades começaram a ganhar força e começaram a ser vistos como necessários ao desenvolvimento de trabalhos estratégicos também com os homens, surgindo, assim, os grupos reflexivos com homens acusados de violência. Essas ações contrapõem as medidas de punições tradicionais sem reflexões e coloca os homens em uma posição de refletir sobre suas condutas violentas e as dimensões das consequências da

violência contra a mulher, um meio de ressocialização e reeducação (Silva & Sanches, 2019). Ademais, esses grupos reverberam para além da vida dos homens, mas também a vida de todos que convivem e mantêm contato com eles, ou seja, a sociedade. É uma estratégia para contribuir na construção sobre novas perspectivas de gênero, diminuição na desigualdade, ampliação de alternativas para resolução de conflitos, assim como, um espaço para escuta e acolhimento (Pê, Alves, Guedes, Silva & Batista 2021). Cuidar de si e do outro, desconstruções de expectativas e de perspectivas são possibilidades encontradas nesses espaços grupais (Billand & Paiva, 2016).

Sobre o trabalho feito com grupos, é interessante pontuar que as modificações feitas na estrutura do grupo impactam socialmente, ou seja, aquilo que é promovido na dinâmica grupal pode levar à flexibilização de padrões de comportamento e reflexões sobre seu modo de conviver; seja no campo social, profissional e relações interpessoais. Expressão de mudanças que aparecem nos papéis que desenvolvem e modificações feitas na estrutura do grupo, alcançam mudanças em níveis cognitivos, emocionais, atitudinais, comportamentais. Os participantes dos grupos chegam com suas individualidades e manifestam aspectos de suas personalidades, por intermédio de crenças, valores, necessidades, intenções, motivações, interesses, sentimentos, comportamentos, hábitos e, também, angústias, frustrações, inibições, tendência à manipulação e *scripts* (Berné, 1961; Silveira, 2019). Por isso é interessante estimular para que haja um desempenho de diferentes papéis no grupo, fomentar a flexibilidade e mudanças, para, assim, experimentar seja no campo social, profissional, e em relações interpessoais com o outro, o desenvolvimento e “treino” de rupturas dos padrões socialmente circunscrito, desenvolver e “treinar” o se disponibilizar a isso (Silveira, 2019).

O protocolo do grupo psicoeducativo com homens autores de violência contra a mulher (GPHAV) foi elaborado pelo grupo de pesquisa Famílias & Contextos do Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde da UFCSPA e foi articulado a partir de uma revisão sistemática da literatura sobre intervenções grupais (Boeckel et al., 2020). Esse modelo de intervenção é direcionado a homens respondendo processo pela Lei Maria da Penha, em que a vítima é uma parceira íntima. Os encontros são estruturados com materiais como vídeos, dinâmicas, psicoeducação, com as atividades sempre seguidas de reflexão (Goulart et al., 2020). A

agressividade está ligada com a dificuldade de lidar com as frustrações, baixo autoestima, ciúmes e estratégias ineficazes para a resolução de conflitos (Goulart et al., 2020). A tomada de consciência do fenômeno da violência conjugal pelas partes implicadas perpassa as necessidades de reconhecimento das diferentes formas de violência, da mensuração da gravidade das atitudes e do desvelamento do ciclo de repetição que envolve o fenômeno (Boeckel et al; 2018). Portanto, os grupos reflexivos com os homens autores de violência são consideradas ferramentas fundamentais para o enfrentamento da violência conjugal, sendo essencial a responsabilização pelos atos violentos cometidos, o desenvolvimento de habilidades sociais, o reconhecimento e regulação emocionais, permeados pela psicoeducação e reflexão à luz dos aspectos culturais e de gênero que permeiam as relações sociais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Conhecer e analisar qualitativamente as concepções dos homens acusados de violência contra a mulher, participantes do GPHAV (versão on-line), acerca da temática violências, pré-intervenção e após.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever as características sociodemográficas e pessoais dos homens acusados de violência contra mulher;
- Conhecer as concepções dos participantes do GPHAV sobre violências, antes da aplicação do protocolo.
- Conhecer as concepções dos participantes do GPHAV sobre violências, após a aplicação do protocolo.
- Analisar qualitativamente as repercussões do GPHAV - online nas concepções dos participantes em relação à temática violências.

2.3 Questão norteadora

Quais as concepções dos homens acusados de violência contra a mulher, participantes do GPHAV (versão online), acerca da temática violências, pré-intervenção e após a intervenção?

3. REFERÊNCIAS

- Alsarve, D. (2021). The need for a violence prevention programme in ice hockey: a case study on how hegemonic masculinity supports and challenges violent behaviour in Swedish ice hockey, . *European Sport Management Quarterly*, 21(:2), 218-236.
- Araújo I. M. de. (2017). O amor e a violência nas relações íntimas: os significados construídos em torno do gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (*Anais Eletrônicos*), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.
- Balbinotti, I. (2018). A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo: Revista Da Esmesc, v.25, n.31, p. 239-264.
- Banin, S. A., & Beiras, A. (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 523-535. DOI 10.4025/psicolestud.v21i3.32256
- Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P. F. (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: Adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61-75. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606>.
- Beiras, A., Nascimento, M. & M. C. Incroccia, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde Soc.*, São Paulo, v.28, n.(1), p.262-274.
- Belarmino, V.H; & Leite, J. S; (2020). Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. *Psicologia & Sociedade*, 32. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32218781>.
- Berne, Eric (1961). *Análise Transacional em psicoterapia*. São Paulo, Summus, 1961.
- Billand, J. & Paiva, V.S.F. (2016). Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), set. 2017.

- Blay, E. A. (Coord.). (2014). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado de https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/Feminismos_e_masculinidades-WEB-travado-otimizado.pdf
- Boeckel, M. G, Falcke, D., & Wagner, A. (2018). Violência conjugal como violação de direitos na intimidade. *Direitos humanos e saúde* :, volume 1 / organizadores: Ana Carolina da Fonseca e Paulo Gilberto Cogo Leivas. – Porto Alegre : Ed. Da UFCSPA.
- Boeckel. M. G. Gomes J.m; Goulart A. D. (2020). *Psicoeducativo com homens autores de violência contra mulher*. Universidade Federal de Ciências da Saúde De Porto Alegre: Porto Alegre
- Brasil (2006). Lei no nº 11.340, de 07 ago. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Diário Oficial da União 2006; 08 ago.
- Brasil (2020). Lei No nº 13.984, de 03 abr. *Altera o art. 22 da Lei no 11.340 de 7 de agosto de 2006* (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União 2020; 3 de abr.
- Falcke, D., Oliveira, D. Z., Rosa, L.W, & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, 2(2), dez. 2009.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Nota Técnica Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19*, 16 abr.. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com Decode. Disponível em: <http://forum-seguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2021). *Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, . 3a edição.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2023). *Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, . 5a edição.
- Giddens, Anthony. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, UNESP, 1993.

- Giffin, K. (1994) Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cad. Saúde Pública*; 10 (Supl. 1):146-155.
- Gongora, José Navarro. La pareja violenta: fórmulas de intervención. In: _____.; MIRAGAIA, José (Org). *Parejas en situaciones especiales*. Buenos Aires: Paidós, 2000. p. 43-86.
- Goulart, A, D. Boeckel, M, G. (2020) Transgeracionalidade da violência em homens acusados de violência conjugal. Universidade Federal de Ciências da Saúde De Porto Alegre: Porto Alegre.
- Hirigoyen, M.F. (2006). *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Lamoglia, C.V.A. and & Minayo, M.C.S. (2009). Violência conjugal: um problema social e de saúde pública: um estudo em uma delegacia do estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 595-604, Rio de Janeiro. doi:10.1590/S141381232009000200028
- Lemay, E. P., Jr., Overall, N. C., & Clark, M. S. (2012). Experiences and interpersonal consequences of hurt feelings and anger. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103, 982–1006. <http://dx.doi.org/10.1037/a0030064>
- Low, R. S. T., Overall N. C., Cross, E. J., & Henderson A. M. E. (2019). Emotion Regulation, Conflict Resolution, and Spillover on Subsequent Family Functioning. *PubMed*, 19(7), 1162-1182.
- Machado, L. Z. (2000) Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Série Antropologia: Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo (*Anais Eletrônicos*); Brasília.
- Martin. D. L (2021). Violence and Masculinity in Small-Scale Societies. *Current Anthropology*, 62(23), fev. 2021. DOI: 10.1086/711689.
- Messerschmidt, J. W (2019). The Saliency of “Hegemonic Masculinity” *Men and Masculinities*, 22(1) 85-91. DOI: 10.1177/0886260520959629 journals.sagepub.com/home/jiv

- Moré, C. L. O. O. & Macedo, R. M. S. (2006). *A psicologia na comunidade: Uma proposta de intervenção*. (1a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2016). *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência*.
- ONU Mulheres (2020). *Acabar com a violência contra as mulheres no contexto do COVID-19*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/acabarcom-a-violencia-contra-as-mulheres-no-context>
- OPAS (2019). Intimate partner violence in the Americas: a systematic review and reanalysis of national prevalence estimates. *Rev Panam Salud Pública*; 43 (e26).
- Pê, F.Z., Alves, R.S.F; , Guedes, C.P., Silva, M. A., & Bastos, M.B. (2021). Violência contra a mulher: experiência de profissionais facilitadores de um grupo reflexivo de homens: . *Rev. Spagesp* vol.23 no.(1), Ribeirão Preto, jan./jun.
- Raiford, J. L., Seth, P., Braxton, N. D., & DiClemente, R. J. (2013). Interpersonal and community-level predictors of intimate partner violence perpetration among African American men. *Journal of Urban Health*, 90(4), 784–795.
- Rauhaus, B. Sibila, & D. Johnson, A. (2020) Addressing the Increase of Domestic Violence and Abuse During the CO-VID-19 Pandemic: A Need for Empathy, Care, and Social Equity in Collaborative Planning and Responses. *American Review of Public Ad- ministration*, 50(6-7), 13 jul.
- Razera, J. Cenci C, M., & Falcke, D. (2014). Violência Doméstica e Transgeracionalidade. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 6, n. 1, p. 47-51
- Sanford, K. (2007). Hard and soft emotion during conflict: Investigating married couples and other relationships. *Personal Relationships*, 14, 65–90. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-6811.2006.00142.x>
- Sant’Anna, T.C. & Penso. M.A. (2016). A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. *Rev Psic Teoria e Pesquisa*, Brasília, 33, 1-11.

- Santos, A., Cláudia C., & Moré, L. O. O. (2011) Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento *Artigos • Paidéia* (Ribeirão Preto) 21 (49), ago.
- Silva, J. R. T. (2014). Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. *Anais do 18º Redor*. Recife, p. 2802-2817.
- Silveira, L. (2019). Estrutura e Dinâmica do Grupo e o Desempenho de Papéis The Structure and Dynamics of the Group and Role Performance. *Revista Brasileira de Análise Transacional*, UNAT-BRASIL.
- Silva, R. J. da., & Sanches, C. A. (2019). Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica no município de Caçador. *Ponto de Vista Jurídico*, 8(1), 66-74. <https://doi.org/10.33362/juridico.v8i1.1834>
- Shakoor, S., Theobald, D., & Farrington, D. P. (2020/2022). Intergenerational Continuity of Intimate Partner Violence Perpetration: An Investigation of Possible Mechanisms. *PubMed*, 37(7-8), abr. 2022. doi: 10.1177/0886260520959629.
- Silveira, L. (2019). Estrutura e Dinâmica do Grupo e o Desempenho de Papéis The Structure and Dynamics of the Group and Role Performance. *Revista Brasileira de Análise Transacional*, UNAT-BRASIL ANO XXVIII.
- Simmons, S. B., Knight, K. E., & Menard, S. (2015). Consequences of intimate partner violence on substance use and depression for men and women. *Journal of Family Violence*, 30, 351–361.
- Souza, A.A.P. (2010). *Violência nas relações íntimas: Uma análise psicossociológica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59, 25–52. <http://dx.doi.org/10.2307/1166137>

- Vasconcellos, M. J. E. de (2002). *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência*. (11a ed.). Campinas: Papirus.
- Vasconcelos, C.S. da S. & Cavalcante, L.I.C. (2019). Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. *Psicologia & Sociedade*, 31, 2019.
- Vieira, P.R; Garcia, L.P; & Maciel, E.L.N. (2020). Isolamento social e aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23.
- World Health Organization. (2013). *Responding to intimate partner violence and sexual violence against women: WHO clinical and policy guidelines*.
- Zanella, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação*. 1 ed. Curitiba: Appris.

Grupo Psicoeducativo com Homens Acusados de Violência (GPHAV) contra a mulher: Concepções acerca das violências

Luana Goulart¹
Mariana Boeckel²

¹Mestranda - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)
Departamento de Psicologia
Rua Sarmiento Leite, 245 - Centro Histórico 90050-170 Porto Alegre, RS, Brasil
e-mail: goulartluana@gmail.com

²Professora do PPG Psicologia e Saúde
Rua Sarmiento Leite, 245 - Centro Histórico 90050-170 Porto Alegre, RS, Brasil
e-mail: marianagb@ufcspa.edu.br

RESUMO

A violência por parceiro íntimo é um fenômeno complexo que apresenta índices alarmantes, demandando intervenções efetivas, especialmente, com os homens autores de violência. O objetivo do presente estudo foi analisar qualitativamente as repercussões do Grupo Psicoeducativo com Homens Acusados de Violência (GPHAV- online) nas concepções dos participantes em relação à temática violências, antes e após a intervenção grupal. O instrumento de coleta de dados foi um grupo focal, aplicado no início e outro ao final do protocolo em três edições do mesmo, totalizando 18 participantes. Os conteúdos foram analisados por intermédio da Análise Temática. Resultaram quatro principais temas pré-intervenção: “As violências”, “A infância violada”, “Prudência, homens!” e “A violência não está a cargo do destino”. Após a intervenção, os temas que emergiram foram: “As violências”, “Dificuldade no auto (reconhecimento)”, “Reconhecimento da raiva”. Os resultados apontam mudanças nas concepções de violências. Esses resultados demonstram o quanto o espaço de reflexão para os homens viabilizou novas perspectivas acerca da temática violências.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Lei Maria Da Penha; Homens acusados de violência.

Psychoeducational Group with Men Accused of Violence (PGMAV) against women: Conceptions about violence

ABSTRACT

Intimate partner violence is a complex phenomenon that presents alarming rates, requiring effective interventions, especially with men who commit violence. The objective of the present study was to qualitatively analyze the repercussions of the Psychoeducational Group with Men Accused of Violence (GPHAV- online) on the participants' conceptions regarding the topic of violence, before and after the group

intervention. The data collection instrument was a focus group, applied at the beginning and another at the end of the protocol in three editions of the protocol, totaling 18 participants. The contents were analyzed using Thematic Analysis. Four main pre-intervention themes resulted: "Violence", "Violated childhood", "Prudence, men!" and "Violence is not up to destiny." After the intervention, the themes that emerged were: "Violence", "Difficulty in self (recognition)", "Recognition of anger". The results point to changes in the conceptions of violence. These results demonstrate how much the space for reflection for men enabled new perspectives on the topic of violence.

Keywords: Violence against women; Maria da Penha Law; Men accused of violence.

Grupo Psicoeducativo con Hombres Acusados de Violencia contra las Mujeres (GPHAV): Concepciones sobre la violencia

RESUMEN

La violencia de pareja es un fenómeno complejo que presenta índices alarmantes y requiere intervenciones efectivas, especialmente con los hombres que cometen violencia. El objetivo del presente estudio fue analizar cualitativamente las repercusiones del Grupo Psicoeducativo con Hombres Acusados de Violencia (GPHAV-online) en las concepciones de los participantes sobre el tema de la violencia, antes y después de la intervención grupal. El instrumento de recolección de datos fue un grupo focal, aplicado al inicio y otro al final del protocolo en tres ediciones del protocolo, totalizando 18 participantes. Los contenidos fueron analizados mediante Análisis Temático. Resultaron cuatro temas principales previos a la intervención: "Violencia", "Infancia violada", "¡Prudencia, hombres!" y "La violencia no depende del destino". Luego de la intervención, los temas que surgieron fueron: "Violencia", "Dificultad en uno mismo (reconocimiento)", "Reconocimiento de la ira". Los resultados apuntan a cambios en las concepciones de la violencia. Estos resultados demuestran cuánto el espacio de reflexión de los hombres permitió nuevas perspectivas sobre el tema de la violencia.

Palabras clave: Violencia contra la mujer; Ley María da Penha; Hombres acusados de violencia.

1 INTRODUÇÃO

A violência por parceiro íntimo (VPI) é uma problemática grave, trazendo prejuízos para os envolvidos, para o contexto social e para as gerações futuras. A violência surge como uma estratégia intensamente ineficaz para lidar com as diferenças e com os conflitos cotidianos, sendo caracterizada por abusos contínuos, que incluem agressão física leve ou mais grave, agressão sexual, abuso psicológico, e que amplia-se as ameaças, assédios, coerção e intimidação, podendo ultimar em homicídio (Raiford et al., 2013; World Health Organization, 2013). Neste sentido, no

Brasil, a tipificação da violência contra a mulher é descrita na Lei Maria da Penha (2006) por intermédio das categorias: violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Quando um casal estabelece uma dinâmica violenta, está imerso em um padrão de repetição e a agressão surge como um sintoma de que algo não está bem na relação, seguindo uma lógica cíclica (Boeckel et al; 2018), ou seja, um ciclo que se retroalimenta e perpetua a problemática. Walker (1979) conceitua o ciclo trifásico da violência: A primeira fase inicia quando há o descontentamento com algo cotidiano, sendo permeada por uma tensão que escala em intensidade, há xingamentos e comportamentos que maltratam, seja abuso emocional ou físico. Há uma insatisfação de maneira hostil, mas, ainda, não de forma explosiva e extremista. Aqui, muitas mulheres nutrem a crença de que elas são culpadas pelas reações do companheiro, acreditam que fizeram algo equivocado, e pegam para si a missão de tentar controlar a resposta do homem. A segunda fase é quando a tensão não cessou, ao contrário, cresceu e as respostas explosivas perante os conflitos se intensificam, o movimento do autor de violência passa a ser mais opressivo. Portanto, neste momento do ciclo, o que há é o ápice da tensão, a manifestação de toda carga de tensão que não encontrou outra forma de lidar, senão pela via da agressão (Walker, 1979). A violência permite que haja uma sensação de redução e alívio da tensão, reforçando a sua perpetuação. Consequentemente, inicia a terceira fase, onde as emoções já estão mais acomodadas, podendo haver pedidos de desculpas e promessas de que não se tornará violento novamente. Nesta fase, há reforços positivos para a relação não ser rompida, pois acontecem muitas nuances que remetem ao enamoramento inicial, onde tudo estava bem e havia expressões de amor, paixão e movimentos de conquista. A pessoa violada inunda-se de esperança de que pode viver uma relação tranquila. No entanto, a vida segue e diante do próximo descontentamento, a primeira fase do ciclo aparece novamente, pois não houve ampliação das formas de resolução de conflitos e a violência seguirá como a alternativa primordial. E assim, seguem as seguintes fases sucessivamente (Walker, 1979).

No contexto da construção das relações amorosas, é importante considerar a aprendizagem dos modelos de resolução de conflitos. Crianças e adolescentes

podem testemunhar o uso de violência por parte dos cuidadores, internalizando que aquele que ama é o mesmo que tem direito de agredir (Walker, 1979). Se não há espaços para a reflexão e mudança, é formada uma teia transgeracional, uma herança que gera consequências em cada membro (Lomado & Sigaran, 2018). Ademais, para Zanello (2018), no que tange aos relacionamentos amorosos, há um script cultural que sugere performances específicas, e não um agir livre. Existem códigos que perpassam a organização social e as famílias, códigos que ditam o papel da mulher e do homem, como existir e se portar no mundo, e sobre como se relacionar amorosamente, ou seja, há uma pedagogia dos afetos que permeia a sociedade, a cultura, as famílias, as relações (Zanello, 2018). As concepções de amor e de relação conjugal encontram-se nas estruturas sociais e culturais, muitas nuances podem perpassar os significados de amor, inclusive a violência (Araújo, 2017). Assim, Martin (2021) postula que a criança do sexo masculino, ao longo do seu desenvolvimento, é fortemente impactada pelo conceito do que é homem na sociedade em que está inserido, a qual ainda privilegia normativas que reduzem as possibilidades de masculinidades, colocando a agressividade no âmago da virilidade. Segundo Messerschmidt (2019), neste contexto, usa-se o termo masculinidade hegemônica para referir-se a uma forma padrão e restrita de como deve ser o homem, a qual produz e valida a desigualdade entre masculino e feminino, e entre outras masculinidades subordinadas (Messerschmidt, 2019). Assim sendo, o machismo se organiza a partir de códigos que se apresentam nos discursos e nas narrativas, inscrevendo-se no cerne do funcionamento das relações, legitimando o controle e a punição dos homens sob as mulheres (Machado, 2000), criando espaços muito profícuos à violência contra as mulheres e minorias.

Em 2022, o Brasil registrou um percentual altíssimo de mulheres vítimas de violência por espancamento, tentativas de estrangulamento, tapas, socos, chutes, ameaças com faca e arma de fogo, ofensas sexuais, entre outras. Quase seis milhões sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais. Quase 51 mil mulheres sofreram violência diariamente em 2022 (FBSP, 2023). Diante de dados alarmantes, compreende-se a necessidade de pesquisas e intervenções efetivas que objetivem a diminuição destes índices. Lamoglia e Minayo (2009) argumentam que há possibilidades de mudanças quando há investimento do Estado e da sociedade, promovendo novas perspectivas para aqueles que estão

envolvidos. A solução para a violência conjugal não é nem um pouco fácil, mas é preciso o desenvolvimento de estratégias viáveis e aplicáveis. Neste sentido, foi deferida uma alteração na Lei Maria da Penha em 2020, implementando uma nova possibilidade de intervenção com autores de violência, estabelecendo como medida protetiva de urgência a frequência do agressor a programas de recuperação e reeducação e/ou acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio, ou seja, passa a ser obrigatório o encaminhamento dos homens autores de violência a programas de recuperação e de reeducação (Brasil, 2020).

Intervenções com homens acusados de violência contra a mulher é uma recomendação da OMS como uma ferramenta importante para enfrentamento e combate à VPI (OMS, 2016). Belarmino e Leite (2020) pontuam que até meados da década de 90, os esforços para combater a violência conjugal estavam centrados somente em trabalhos de intervenção, prevenção e fortalecimento com as mulheres. Beiras, Nascimento e Incroccia (2019) sinalizam que, nos últimos anos, iniciou-se um movimento sobre os estudos referente às masculinidades e desenvolveu-se a percepção da necessidade de um trabalho voltado para os homens, com objetivos estratégicos de opor-se à visão tradicional de medidas unicamente de punição para quem apresenta comportamentos violentos, promovendo um espaço de reflexão sobre as ações contra a mulher, repensando suas estratégias de enfrentamento diante de conflitos (Silva & Sanches 2019).

O protocolo de intervenção em Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência (GPHAV) (Goulart et al, 2020) visam uma compreensão e a reflexão acerca dos aspectos socioculturais na produção da violência, assim como, a responsabilização dos homens pelos atos praticados (Boeckel et al, 2020; Goulart et, al, 2020). Diversos temas são trabalhados de forma reflexiva com o grupo com vistas a ampliação e flexibilização de seus modelos e experiências de relacionamento amoroso e de estereótipos de gênero. Para possíveis modificações de estratégias de enfrentamento perante os conflitos conjugais, é necessário o reconhecimento da manifestação das violências e concepções sobre a gravidade e consciência da repetição de um ciclo de violência presente na relação (Boeckel et al., 2018). Análises do GPHAV mostram resultados bastante promissores, evidenciando reflexões importantes sobre as temáticas trabalhadas ao longo dos

encontros, como autorresponsabilidade por seus atos e novas estratégias perante os conflitos, assim como, o aprimoramento na forma como se relacionam com suas emoções e vulnerabilidades (Gomes, 2023). A flexibilidade das ideias rígidas sobre machismo, violência, conflitos na vida a dois, autorresponsabilidade e estereótipos de gênero revelam as repercussões positivas do GPHAV-online (Streit, 2022). Esse modelo de grupo reflexivo mostra-se como uma excelente oportunidade para os homens revisitarem seus conceitos sobre as temáticas trabalhadas, sendo um espaço para quebras de padrões provenientes da masculinidade hegemônica (Streit, 2022). O grupo realizado com os homens, neste estudo é respaldado no protocolo GPHAV (versão online).

Partindo dessa breve introdução, o presente artigo objetiva apresentar a repercussão do GPHAV-on-line acerca das concepções dos participantes sobre violências nas relações conjugais. Para tal, foram analisadas as concepções referentes aos grupos focais realizados no início do protocolo e ao final do mesmo; e, em seguida, examinadas as semelhanças e diferenças entre os mesmos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Método

Estudo qualitativo, de cunho exploratório, descritivo e comparativo.

Contextualização do protocolo Grupo Psicoeducativo com Homens acusados de Violência contra a Mulher (GPHAV-online)

O protocolo GPHAV foi desenvolvido pela Profa. Mariana Boeckel e sua equipe (Gomes, Goulart & Boeckel, 2020, 2021) e ajustado para a versão online. As temáticas desenvolvidas ao longo dos nove encontros são: gênero, mitos e construções sociais de estereótipos, estratégias de resolução de conflitos, reconhecimento e manejo de emoções, tipologias de violência e resolução de conflitos no casal. O GPHAV é aplicado por uma dupla de facilitadores que devem ser psicólogos vinculados ao PPG Psicologia e Saúde da UFCSPA.

Participantes

Homens participantes de três edições do GPHAV - on-line, totalizando 18 homens, brasileiros, maiores de 18 anos, acusados de violência contra a mulher, pela Lei 11.340/06, Maria da Penha (Brasil, 2006), com o processo judicial em andamento no

1º e 2º Juizados da Vara de Violência Doméstica e Familiar do Foro Central de Porto Alegre, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), especificamente com quem mantiveram ou mantêm um relacionamento íntimo. Os critérios de inclusão foram: Funções mentais preservadas (mensuradas por intermédio de entrevista); acesso à internet, possuir algum dispositivo que permita o acesso ao grupo no formato on-line e acesso ao WhatsApp. Já os critérios de exclusão foram: Analfabetos e homens que tenham sido acusados de violência contra outras mulheres que não são ou não tenham sido suas companheiras íntimas, como esposas, namoradas, fiantes, ou qualquer mulher com quem mantiveram alguma relação de intimidade, independente do tempo. O tamanho da amostra foi definido por intermédio do critério de saturação (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

Instrumentos de coletas de dados

- Ficha de dados pessoais e sociodemográficos, adaptação da ficha utilizada no Foro Central de Porto Alegre, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) aplicada na primeira entrevista individual, realizada com todos os participantes antes do início do GPHAV.
- Grupos focais referentes às três edições do GPHAV - on-line, totalizando seis (três pré-intervenção e três pós-intervenção). O grupo focal pré e o grupo focal pós-intervenção são direcionados pelo mesmo roteiro. Para a presente pesquisa foram analisados os conteúdos das respostas da seguinte questão: O que é violência para você?

Plano de procedimento Coleta de Dados e Considerações Éticas

O presente projeto de pesquisa foi encaminhado para o 1º Juizado da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre, do TJRS para apreciação e autorização. Após o consentimento da instituição, o presente projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA e aprovado sob o CAAE 35431220.8.0000.5345. Este estudo desenvolveu-se de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Através deste, garantiu-se uma comunicação clara entre os pesquisadores e participantes de forma que estivessem cientes de seus direitos, assim como os riscos e benefícios de

participarem da pesquisa a fim de decidirem por sua participação ou não, efetivada por meio do TCLE.

Assim sendo, para a coleta dos dados, primeiramente a equipe do TJRS disponibilizou os contatos dos participantes. O contato foi realizado via WhatsApp ou ligação para agendamento da entrevista individual, a qual ocorreu via Google Meet. Na entrevista, a pesquisa foi apresentada em detalhes e o participante, então, foi convidado a participar. A ficha de dados pessoais e sociodemográficos foi preenchida. Em seguida, os participantes receberam orientações sobre horário e data para ingressar no GPHAV - on-line. Os grupos focais foram gravados e transcritos em sua integralidade, procedimento autorizado pelos participantes.

Procedimentos para Análise das Informações

A análise dos conteúdos transcritos na íntegra dos três grupos focais pré e pós intervenção foi desenvolvida por intermédio da Análise Temática Indutiva, ou seja, guiada pelos conteúdos provenientes dos relatos dos participantes (Braun & Clarke, 2006). Importante destacar que foram realizados dois processos de AT separadamente: um para o grupo pré intervenção e outro para o pós intervenção, nas três edições do GPHAV-on-line. Após, foram analisadas as possíveis diferenças e semelhanças encontradas entre os grupos pré e pós.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão serão apresentados em duas seções: primeiramente, os temas e subtemas provenientes dos grupos focais pré-intervenção. E, em seguida, os resultados oriundos dos grupos focais pós-intervenção.

No que tange às análises dos grupos focais pré intervenção referentes às concepções dos homens sobre o que é violência, foi possível identificar os temas: Tema 1: As violências, Tema 2: A infância violada: histórias de violência, Tema 3: “Prudência, homens!”: a minimização das violências, Tema 4: A violência não está a cargo do destino.

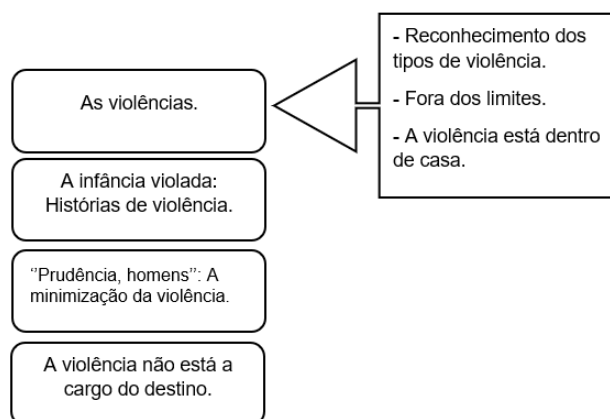


Figura 1

Tema 1: As violências

Esta temática refere-se às concepções dos homens sobre como a violência pode surgir nas relações e o que ela significa para eles. No grupo focal pré-intervenção encontram-se os subtemas: “reconhecendo as violências”, “fora dos limites: concepções do que é a violência” e a “violência está dentro de casa”.

No subtema “reconhecimento dos tipos de violência”, os relatos remetem às percepções acerca da manifestação do ato violento. Os participantes narraram a caracterização da violência física: “uma violência parte dum empurrão, de um puxão de cabelo, de um beliscão, de um tapinha, de um, de uma coisa um pouco mais violenta, onde começa a passar dos limites, começa com palavras pequenas e vai surgindo palavras mais fortes” (P3). Ademais da física, apareceram manifestações referentes às violências verbal, moral, psicológica e sexual; porém essas foram somente citadas. Os homens apresentaram em suas narrativas a dificuldade de detalhar as manifestações de tais violações para além da física. A violência psicológica foi mencionada a partir de exemplificações sobre agressão verbal, aparecendo dificuldades na interlocução mais minuciosa em relação às violências nas dinâmicas relacionais para além daquela que deixa sequelas visíveis. Os participantes apresentam concepções sobre o aumento da tensão em um conflito, mas sem elaborar muito sobre como isto ocorre. Microviolências são ações consideradas sutis, que aparecem por intermédio de ciúmes e controles, interpretados muitas vezes como formas de amar (Boeckel et al, 2018). Tais ações merecem atenção e cuidado, pois pertencem ao processo de escalada da violência;

assim como, é importante salientar que essas microviolências já são violências que causam danos muito profundos (Boeckel et al, 2018). Hirigoyen (2006) descreve a violência psicológica como ações que aviltam ou não aceitam o jeito da outra pessoa ser, como ela se porta e se expressa no mundo, também como ações de indiferenças às demandas afetivas do outro, e, geralmente, fazem parte da escalada da violência.

O subtema “fora dos limites” faz referência à violência como violação do limite para com o outro: “Pra mim, violência é ultrapassar os limites” (P9). “Fora de qualquer padrão ético” (P1). “Ninguém tem o direito de bater em ninguém” (P1). Ainda que apareça a crítica acerca da violência enquanto violação, não houve maiores detalhamentos acerca de como seriam essas ações. De quais limites e padrões éticos estamos falando? Agredir fisicamente foi a única circunstância delineada de forma superficial. Ainda assim, os participantes referiram que esse limite é ultrapassado por ser uma forma mais fácil e rápida de resolver algum problema: “Tu chegas ali e dá um tapa, é muito mais fácil o tapa” (P2). Boeckel et al. (2018) enfatizam que quando as negociações falham, a violência surge como uma forma de resolução de problemas. Neste sentido, Baldino (2019) refere, em sua pesquisa com participantes do GPHAV que os homens mostram-se impossibilitados de expressar emoções e dialogar; assim, diante do aumento da raiva, para aliviar a tensão, há a expressão da violência, ou seja, ela ocupa o lugar da comunicação e da tentativa de resolução.

Estes conteúdos evidenciam a ambivalência entre o que os homens pensam e como se comportam, pois eles sabem que agredir outra pessoa é uma violação de direitos, no entanto, estão respondendo a processo pela Lei Maria da Penha apesar de ser uma estratégia facilmente utilizada, sabe-se que violência não é uma forma eficaz de resolver as adversidades da vida, ao contrário, ela produz outros problemas para além do incitado inicialmente, os quais são muito graves para quem é vítima, para quem testemunha e, inclusive, para quem pratica (Boeckel et al., 2015).

Já o subtema “a violência está dentro de casa” representa as concepções acerca da violência na esfera privada do lar. Houve a menção da violência dentro

dos lares, no entanto, sem maiores detalhamentos e com narrativas externas, como se não lhes pertencesse tal realidade:

“Então, acho que isso é muito, é muito importante é um, ahm, agrega muito na nossa reunião a palavra violência, ela traz muito, porque hoje as pessoas convivem com a palavra violência, mas só que elas não sabem o significado dela, muitas vezes. E acham que violência é só agredir, é só brigar com soco na rua. Mas não, a violência entra dentro de casa” (P3).

No âmbito familiar é onde há maior prevalência da violência, de onde espera-se proteção pode haver agressão (Sant’Anna & Penso, 2016). O ambiente familiar define regras, ritos e costumes que atribuem sentido à vida e à forma de viver, valores perpetuados (Lomado & Sigaran, 2018) e a violência pode encontrar-se nestas transmissões de padrões a serem seguidos (Araújo, 2017).

Tema 2: A infância violada: histórias de violências

Essa temática que traz conteúdos sobre a família de origem, ou seja, sobre comportamentos de cuidadores de geração a geração no que tange à violência: “Até porque eu fui uma criança que apanhou muito da minha mãe, eu sempre tive muita violência dentro de casa, apanhei muito de, até ser jogado na rua quando era pequeno, pela minha mãe, então, eu era muito agredido”. (P2). O conceito de transgeracionalidade diz respeito a uma memória familiar que impacta no presente do indivíduo. O casal move-se na relação a partir daquilo que foi transmitido e vivenciado na família de origem (Penso et al., 2008). É necessário um intenso envolvimento emocional e cognitivo para que modelos transgeracionais não se perpetuem de geração em geração (Lomando & Sigaran, 2018). Ao autorizarem-se a uma conexão com as memórias de como as violências apareciam no passado, surge uma via que permite perceber como o similar permeia as relações atuais. Reconhecer o que disto se faz similar em si é um intenso labor cognitivo e emocional para poder, então, encontrar novos lugares e possibilidades de ser e existir no mundo.

Tema 3: “Prudência, homens!”: a minimização das violências

Este tema expõe uma visão negativa sobre os recursos protetivos legais para as mulheres que sofrem algum tipo de violência. O discurso dos homens acerca das

medidas legalmente cabíveis perante ações violentas apresenta questionamentos dos parâmetros que definem o que é, de fato, uma violência. Há uma relativização e banalização acerca da violência:

Eu acho que está bem relativo isso hoje, né? Depende do quão sensível é a pessoa. Então, a pessoa pode se sentir agredida com "Tu é feio", né? O outro, para se sentir agredido, precisa ganhar um soco na cara, como se diz, né? Então, eu acho que é tudo aquilo que a outra pessoa percebe, se sente agredida, violada ou ofendida. Então não tem parâmetro pra mim, na minha cabeça, hoje. Hoje o que que eu penso? Hoje eu não posso, eu tenho que não tocar, não falar. Eu tenho que ter um zelo, como se todos fossem de algodão, né? (P6).

Encontra-se aqui um dos pontos de complexidade deste trabalho, ao passo que trabalhamos visando construir um movimento de conscientização e problematização dos padrões hegemônicos perpetuados na nossa cultura, há o embate de ser justamente um questionamento sobre protótipos autorizados socialmente. Há uma forte vinculação entre violência e expressão masculina, havendo uma naturalização de ações que se especificam como violentas. É recorrente os homens, participantes do GPHAV, proferirem sobre a sensação de injustiça por estarem sendo punidos por ações que os concebem como homens expressando aquilo que é legítimo e natural da identidade masculina (Isleb, 2023).

A relativização e minimização dos comportamentos violentos dos homens leva-os para este lugar de ignição quando a Lei Maria da Penha atua sob suas penalidades. O poder legitimado ao homem é tão demasiadamente integrante do processo de tornar-se homem, que o que se desvela ao serem questionados e cobrados não é autorresponsabilização, é a sensação de: "Prudência, homens!", a qual foi, inclusive, nomeada por eles como um recado direto para terem cuidado com as acusações por eles desconsideradas. A relativização da violência denota que as narrativas apresentadas estão carregadas da percepção de não haver parâmetros fixos que definem a violência, colocando os homens na posição de precisarem ser muito cuidadosos sobre seus comportamentos, pois, "atualmente, tudo é violência contra à mulher". Se os atos violentos são relativizados, isso significa que aquilo que se denomina como violência nem sempre é reconhecido, de fato, como tal. O grande

problema disto é que se comportamentos específicos não são validados como violação ao outro, há menos chances de serem rompidos. Nesse sentido, destaca-se a importância de existirem espaços de reflexão acerca dessas definições, visto que após a intervenção, a relativização sobre esse cuidado excessivo e prudência, como se houvesse um complô contra os homens, não apareceu. O que aponta, para maior reconhecimento dos indicadores de violência.

Tema 4: A violência não está a cargo do destino

Este tema demonstra que os homens conseguem estabelecer algumas reflexões iniciais acerca da responsabilidade sobre os próprios atos: “Então é interessante a gente enxergar os nossos próprios defeitos e, a violência, ela não está somente a cargo do destino” (P3). Neste momento antes da aplicação do protocolo, os homens apresentam uma reflexão inicial, sobre a violência ser de responsabilidade deles e que eles precisam olhar para seus atos, pois a violência não é um acontecimento ao qual não podem controlar. Porém, não há uma reflexão mais pormenorizada acerca do tema, o contexto não viabiliza, ao contrário, incita a não responsabilização sobre seus atos.

Evidencia-se a importância de espaços grupais para repensar a masculinidade hegemônica e ampliar formas de ser homem mais humanizadas (Isleb, 2023). Questionar e desestabilizar as narrativas que reafirmam as normas de gênero é um dos grandes objetivos dos grupos reflexivos (Beiras et al, 2020).

No que tange os resultados do grupo focal após a intervenção do protocolo, foram identificados os seguintes temas e subtemas:

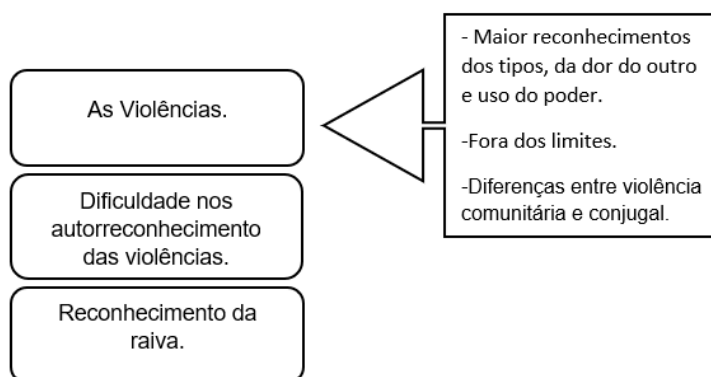


Figura 2

Tema 5: As violências

O tema “As violências” surgiu pré e pós intervenção do GPHAV - on-line, e apresenta algumas variações nos conteúdos que compõem os subtemas. No pós-intervenção emergiram os seguintes subtemas: maior reconhecimento dos tipos, da dor do outro e do uso do poder, fora dos limites, e a diferença entre violência comunitária e conjugal.

No subtema “maior reconhecimento dos tipos de violência, da dor do outro e do uso do poder” os homens narraram a tipificação das violências com mais robustez, havendo maior compreensão sobre como pode manifestar-se a violência para além da agressão física. Houve, também, maior validação sobre estas formas ser violento, o que é importante para o rompimento de padrões comportamentais violentos, pois não há como modificar as práticas sem primeiro compreendê-las.

Assim, eles proferiram ideias de que tudo o que agride e machuca de alguma forma, seja física, verbal e psicologicamente é violência. Aparece maior empatia e reconhecimento da dor do outro: “Falando alguma coisa indevida, que vai magoar o outro” (P13). Neste contexto surge, também, como pano de fundo, a estrutura de desigualdade de gênero e o abuso de poder:

“A mentalidade de violência que normalmente se tem, geralmente é de alguém agredindo outra fisicamente. Mas como nós mesmos estamos aqui, nós, os valentões, né? Eu tô considerando que às vezes, a forma de conversar com alguém, essa violência mais disfarçada, digamos assim, mais tênue, por exemplo, pode causar uma dor emocional” (P6).

“Achar que tá flutuando e a outra pessoa, não. Porque eu trago sustento, porque eu faço isso, eu faço aquilo, eu mantenho a casa, eu faço isso... a pessoa acaba agindo de uma maneira violenta em cima da outra, né? Então, eu acho que tudo que age na parte rude, na parte de palavras, de toque... de agressão, é violência” (P3).

“...talvez, a minha capacidade de suportar a dor seja maior que a do outro, mas eu tenho que reconhecer uma violência desde lá no início, desde a mais disfarçadinha de boas intenções que possa existir” (P6).

O grupo expôs, também, reflexões sobre a dor que ecoa em si, apresentando uma compreensão sobre as suas dificuldades emocionais e atravessamentos de gênero no próprio sofrimento, conseguiram reconhecer que o gênero impõe, em certa medida, que aquilo que dói neles emocionalmente, seja guardado, enquanto homens: “Pode causar uma dor emocional. Coisas que vão acumulando, como homem, principalmente” (P6). Reconhecimento da dor emocional é um importante conteúdo que surgiu no pós intervenção, fomentando essa percepção possibilita manejo mais adequado dos próprios sofrimentos e capacidade de empatia com a dor do outro. À medida que há reconhecimento da dor do outro e da própria dor, esta empatia pode auxiliar no processo de estabelecer novas estratégias para resolução de conflitos. Rosenberg (2006) enfatiza que construir vocabulário para os sentimentos auxilia a compreender mais sobre como se sente realmente. Expressar a vulnerabilidade ajuda a resolver conflitos, pois expressar a vulnerabilidade é não estar em posição de ataque. A dor bloqueia nossa capacidade de oferecer empatia. Precisa-se de empatia consigo mesmo, ou seja, aproximar-se da própria dor para então oferecer um agir empático ao outro. Empatia permite perceber novas formas de aceitar a responsabilidade, olhar para as próprias necessidades e emoções e, então, para as necessidades e emoções dos outros (Rosenberg, 2006). Os participantes demonstraram, após intervenção, que conseguiram sair do lugar mais rígido de defesa para uma posição reflexiva acerca da reverberação de seus comportamentos nos outros.

No subtema “fora dos limites” apareceu a violência como uma ação para além dos limites estruturados socialmente: “Que são as formas de violência; A violência é o patamar, o ponto que é inaceitável. É o ponto que aonde chega, acabou” (P2). Este subtema surgiu nos momentos pré e pós-intervenção, aqui evidencia-se que há uma conscientização de que passar dos limites é muito mais complexo do que somente agredir fisicamente alguém, ao pensar que é fora dos limites houve a ponderação de que há formas de ser violento, ou seja, várias formas de agir fora dos limites. Refletir e reconhecer como violência pode apresentar a dinâmica da vida a dois, propicia maior consciência e identificação dos padrões que se repetem (Boeckel et al., 2018). Este subtema demonstra maior compreensão sobre limites para além do corpo físico do outro. Neste segundo momento, os homens ampliaram suas percepções para as formas de violência, não fixando seus conceitos

unicamente para lesões corporais. Esta compreensão por parte dos homens é de extrema importância, tendo em vista, que aquilo que eles concebem como passar dos limites, é o delimitador de ultrapassá-los ou não.

Já no subtema “diferenças entre violência comunitária e conjugal” aparece a violência comunitária como uma estratégia “para se defender” e a violência conjugal “para intimidar”: “Pra mim, violência na rua é um jeito de tu se defender, se proteger, tu perde a cabeça, quando é entre o casal, tipo, o que o homem faz com a mulher, tu quer intimidar a pessoa, tipo, achando que a pessoa vai fazer aquilo que tu não quer e aí tu fica intimidando” (P18). Mesmo que não haja distinção do uso de força que cause danos físicos ou psicológicos, na dinâmica de casais ou nas diversas relações sociais, aqui, pontuaram o reconhecimento da violência comunitária como uma resolução de conflito eficaz e como uma forma de se defender.

Garcia e Beira (2019) abordam em seu estudo que as narrativas dos homens acusados de violência, que ser homem alinha-se a ideia de ser valente, corajoso e de assumir o papel de ser aquele que protege, corroborando aos discursos que deram origem a este subtema. Em contraponto, deve-se destacar que houve narrativas aqui descritas com maior crítica em ser violento na vida a dois. A intimidação apareceu como uma violência e houve o reconhecimento do atravessamento de gênero, mais especificamente, ao pontuarem as ações de controle que homens exercem sobre as mulheres. Nesta distinção entre a violência comunitária e na vida a dois, aparece uma a narrativa sobre as brigas com as pessoas que eles amam: “E eu, sou, acabo sendo muito mais violento brigando com as pessoas que eu amo, às vezes é muito mais fácil, claro, às vezes depende” (P17).

Tema 6: Dificuldade no (auto)reconhecimento das violências

Este tema evidencia algumas dificuldades que ainda perduram no que tange às dificuldades de se expressar: “A questão é o tipo, tu tem várias formas de agredir alguém, né?...Quando tu não sabe se expressar” (P11). Dificuldades em interpretar a realidade:

“Mas, às vezes, tu cria muita coisa na tua cabeça, que não é aquilo ali, aí, de repente, não sei, não sou parteiro, não tenho sexto sentido, pra tá lendo pensamentos. Às vezes acontecem certas coisas na vida da gente, que a

gente se torna violento, às vezes por uma mínima coisa, a gente acaba sendo violento” (P17).

E assumir a violência de forma mais veemente, invertendo a culpabilização pelo ato: “No fundo do meu coração, eu aceitei e perdoei minha ex que me colocou aqui. Na minha cabeça, eu perdoei ela” (P3). O P14 relata a confusão entre briga, violência e abuso de poder:

“Pra mim só é violência quando tem covardia. Se uma pessoa vem querendo me agredir e me defendendo, eu vejo como uma briga, não como uma violência. Se alguém me xinga, e eu xingo ela de volta, vejo como uma briga, não como uma violência.”

Após a intervenção do protocolo aplicado nos grupos psicoeducativos com homens acusados de violência, o tema dificuldade no auto (reconhecimento) surge evidenciando que, ainda que os homens tenham uma maior consciência sobre as violências, ainda apresentam contradições entre concepções de reconhecimento das violências cometidas e a concordância com os padrões antigos que configuram justamente atos de violência, que permeiam as relações íntimas e percebem os processos emocionais envolvidos nos comportamentos impulsivos e violentos, ainda é difícil o reconhecimento da violência cometida.

Reconhecer como a violência apresenta-se na conjugalidade é um aspecto no processo de autorresponsabilização que irá contribuir positivamente em algum nível para os atos futuros (Beiras et al, 2020). Mas reconhecer o ato cometido é outro aspecto, pois aproxima o autor de violência de confessar-se agressor, ou seja, autor de um crime. Isto é muito complexo e difícil, surge então, o movimento de afastar-se da responsabilidade. As narrativas que se contradizem sobre as concepções de violência e conceitos de atos violentos se revelam no reconhecimento da violência, mas na falta de implicação sobre os seus atos serem violentos. Sobre a dificuldade de auto-reconhecimento do comportamento violento que apareceu no relato dos homens, o documentário O Silêncio Dos Homens (2019) aborda que questionar-se sobre o machismo carrega um componente emocional para além do racional, tem a ver com sentir-se no escuro e perdido, em busca de reconforta-se em uma nova identidade. Porém, até o homem sentir-se seguro em uma nova posição perante a vida e as relações, que não da concepção da masculinidade hegemônica, ele a

abandonará. Compreende-se, assim, que reconhecer as violências é um processo e se reconhecer como autor de violência, responsabilizando-se por isso é de outra ordem e leva tempo.

Tema 7: Reconhecimento da raiva

Apareceu neste tema o reconhecimento da raiva como um fator muito importante na violência: “Bom, pra mim violência é o produto final da raiva que não foi controlada, que não foi contida” (P13). A dificuldade de reconhecer emoções e a falta de habilidade para manejá-las, culmina em desregulação emocional (Neacsiu & Linehan, 2016). Essas reflexões se conectam com pensamentos iniciais dos participantes, na pré-intervenção, acerca da violência não estar a cargo do destino, sugerindo que existem aspectos dos homens, dos contextos e das circunstâncias que produzem a violência. No entanto, aqui já aparecem concepções mais desenvolvidas acerca das emoções que subjazem a violência, colocando as próprias emoções e desregulações emocionais como promotoras dos atos agressivos.

O reconhecimento da raiva é muito relevante para a temática VPI. O comportamento violento perpassa por uma dificuldade de controle de impulsos e reconhecimento das emoções e habilidades para manejá-las. De acordo com Neacsiu e Linehan (2016), desregular-se emocionalmente seria uma combinação de vulnerabilidade emocional, que é caracterizada pela sensibilidade intensa aos estímulos externos ou intrapsíquicos, ou seja, a resposta emocional é rápida e intensa perante estímulos que surgem. E a não habilidade de modular tais reações deve-se à dificuldade de vivenciar as emoções sem evitá-las imediatamente, assim como, às estratégias de enfrentamento desadaptativas de suportar desconfortos, produzindo emoções negativas secundárias muito intensas e extremas.

Neste tema, os homens abordam a violência como um produto final de uma alteração que há na interpretação da realidade. Interpretação esta que pode ser distorcida sobre determinada situação de acordo com as emoções, como a raiva, por exemplo. A desregulação emocional pode ser considerada importante fator que prediz violência. Portanto, estes homens estarem refletindo sobre emoções e regulação emocional evidencia a possibilidade de conhecerem ferramentas que auxiliem neste processo de regular-se emocionalmente, à medida que são nomeadas as dinâmicas que vivem, é mais fácil poderem reconhecer quando

vivenciam. Rosenberg (2006) destaca que comportamentos agressivos como espancar, culpar e ferir são expressões superficiais, ou seja, a ponta do iceberg. Pois há raiva não por causa do que o outro diz ou faz, isto pode ser um estímulo externo, mas a causa está na nossa interpretação do que acontece, é algo interno. Portanto, as necessidades internas não atendidas, quando não compreendidas adequadamente, impulsionam a busca em punir o outro ao invés do acolhimento e reconhecimento dos motivos reais da raiva, igualmente ao direcionamento adaptativo a ela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os resultados apresentados enunciam que a intervenção com os homens acusados de violência contra a mulher possibilita ampliar o conhecimento sobre as nuances da violação de direitos, o que expande a reflexão sobre seus comportamentos direcionados ao outro. O reconhecimento sobre o processo emocional também se faz presente ao analisar as informações coletadas, o que é um importante fator para a regulação emocional e controle de impulsos violentos.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar qualitativamente o impacto do protocolo psicoeducativo para homens acusados de violência contra a mulher na concepção dos participantes acerca do que significa violência, por intermédio da coleta de dados pré-intervenção e pós-intervenção. E os resultados expostos aqui apontam para uma repercussão positiva das intervenções no grupo com homens. As concepções dos homens no momento pré-intervenção e no pós-intervenção demonstram o quanto o espaço de reflexão viabilizou novas percepções acerca do que é violência. Novas temáticas ampliaram-se e percebeu-se maior repertório para resolução de conflitos, pois, inicialmente, surgiu um discurso sobre tipologia das violências que indica que eles concebiam violências para além da física, mas não conseguiam especificar como se manifestam.

O estudo aponta para um maior detalhamento sobre como a violência psicológica acontece, na percepção sobre desregulação emocional, e no reconhecimento da dor emocional. O que leva os participantes a reconhecerem as ações violentas é a maior clareza sobre seu estado emocional, através da psicoeducação do protocolo sobre como cada violência se caracteriza e sobre o reconhecimento das emoções. As violências mais graves, que colocam a vítima em

risco de morte, perpassam pela escala de níveis de agressão. Por isso, é importante a ênfase do protocolo em psicoeducar e promover a reflexão sobre o reconhecimento das tensões que surgem nos problemas de casal, e a apresentação de estratégias eficazes e mais saudáveis de resoluções de conflitos, que visam percepção sobre suas emoções e impulsos, possibilitando novas formas de resolver as diferenças. Os resultados, ainda, apontam para concepções relacionadas à masculinidade hegemônica, o que evidencia a complexidade da violência cometida contra a mulher e das intervenções que visam erradicá-la. Os estereótipos de gênero são construções socioculturais e históricas. O processo de mudança requer, também, a mudança sociocultural. Isleb (2023) aborda em sua dissertação o construcionismo social, para pensar sobre as violências de gênero, principalmente as que partem do lugar hegemônico. Construímos aquilo que nos constrói e pensar sobre esses aspectos é um ponto fundamental, a reflexão é um passo muito importante, pois move a pessoa do lugar da alienação para a abertura a novas possibilidades (Isleb, 2023; Butler, 1997).

Como resolver os problemas, como agir quando surgem conflitos e como manejar as emoções, são demandas que cobram um posicionamento da nossa existência no mundo e nas relações, e é nos relacionamentos íntimos que encontramos os resultados mais devastadores sobre o requerimento social de como ser homem e como ser mulher. As regras sobre o masculino ditam como os homens devem ser, sentir e, mais precisamente, como não se expressar emocionalmente, de modo que não haja traços afeminados em suas expressões, afinal, demonstração de vulnerabilidade e sensibilidade não é para homens. O que resta é a expressão por meio da agressão.

Uma das ênfases do protocolo GPHAV é aproximar os homens dos seus aspectos emocionais ao romper com os estigmas de que isto não é uma possibilidade para o homem. Assim sendo, as intervenções psicoeducativas visam a no grupo ampliação das concepções e dos conhecimentos sobre as temáticas de gênero, machismo, resolução de conflitos e violência. De forma complementar, o viés reflexivo fomenta o maior aprofundamento, sendo o condutor da experiência dos temas trabalhados, conectando com as emoções experienciadas no grupo, no cotidiano e nas histórias de cada um, ampliando as possibilidades de lidar-se com as emoções e, conseqüentemente, com as situações da vida.

O protocolo GPHAV foi desenvolvido preconizando estratégias de reconhecimento emocional, autorresponsabilização e reconhecimento da violência cometida, ampliando suas concepções acerca das violências pelo processo de reflexão a cada encontro do grupo, a cada movimento grupal. Neste sentido, ressalta-se a importância de estudos e iniciativas científicas com grupos interventivos com homens autores de violência. Recomenda-se que novas pesquisas qualitativas sejam realizadas, abrangendo grupos de diferentes realidades brasileiras, contemplando as vicissitudes de cada contexto. Diante da complexidade do fenômeno, muito precisa ser estudado para compreensão mais assertiva de meios precisos de ações com os homens acusados de violência. Mas é com ações interventivas como esta que é possível articular movimentos iniciais que reverberem na realidade social da violência por parceiro íntimo, buscando sua erradicação e novas formas de resolver as adversidades da vida a dois.

5 REFERÊNCIAS

Araújo I. M. de. (2017) O amor e a violência nas relações íntimas: os significados construídos em torno do gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

Baldino K. G (2019). Relacionamento Amoroso: perspectivas de homens acusados de violência conjugal: Dissertação de Mestrado . Universidade Federal de Ciências da Saúde De Porto Alegre: Porto Alegre

Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P. F. (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: Adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. Nova Perspectiva Sistêmica, 29(68), 61-75. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606>.

Beiras, A., Nascimento, M. & M. C. Incroccia, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. Saúde Soc., São Paulo, v.28, n.(1), p.262-274.

Belarmino, V.H; & Leite, J. S; (2020). Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. Psicologia & Sociedade, 32. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32218781>.

Billand, J. & Paiva, V.S.F. (2016/2017):. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), set. 2017.

Butler, J. (1997). *Excitable Speech: A politics of the performative*. Nova York: Routledge.

Boeckel, M. G, Falcke, D., & Wagner, A. (2018). Violência conjugal como violação de direitos na intimidade. *Direitos humanos e saúde* :, volume 1 / organizadores: Ana Carolina da Fonseca e Paulo Gilberto Cogo Leivas. – Porto Alegre: Ed. Da UFCSPA.

Boeckel. M. G. Gomes J.m; Goulart A. D;(2020) Psicoeducativo com homens autores de violência contra mulher. Universidade Federal de Ciências da Saúde De Porto Alegre: Porto Alegre

Brasil (2006). Lei no nº 11.340, de 07 ago. 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União* 2006; 08 ago.

Brasil (2020). Lei No nº 13.984, de 03 abr. 2020. Altera o art. 22 da Lei no 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). *Diário Oficial da União* 2020; 3 de abr.

Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Fontanella, B.J.B., Ricas, J, & Turato, E.R. E. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan. 2008.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). Nota Técnica Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19, 16 abr.. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com Decode. Disponível em: <http://forum-seguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2021). Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, . 3a edição.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2023). Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, . 5a edição.

Garcia, A. L. C., & Beiras, A. (2019). A psicologia social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39.

Goulart, A. D. Boeckel, M, G. (2022) Transgeracionalidade da violência em homens acusados de violência conjugal. Universidade Federal de Ciências da Saúde De Porto Alegre: Porto Alegre.

Goulart, A. D., Gomes, J. M., & Boeckel, M. G. (2020). Intervenções com Homens Acusados de Violência por Parceiro Íntimo: Revisão Sistemática da Literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1), 270-292. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.13>

Gomes, J, M. (2022). Evidências Iniciais de Efetividade do Grupo Psicoeducativo Online com Homens Autores de Violência contra a Mulher: Um Estudo Qualitativo. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre: Porto Alegre.

Hirigoyen, M.F. (2006). A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Isleb. S. F. (2023). “A sala está enfeitada”: Implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Lamoglia, C.V.A. and & Minayo, M.C.S. (2009). Violência conjugal: um problema social e de saúde pública: um estudo em uma delegacia do estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 595-604, Rio de Janeiro. doi:10.1590/S141381232009000200028 Rio de Janeiro

Leite, I. & Castro L. (diretores) (2019). O Silêncio dos Homens [Documentário]. Brasil: Papo de Homem.

Lomando E. & Sigaran. C. (2018). Terapia dos movimentos sistêmicos. Porto Alegre: Arte em Livros Editora.

Machado, L. Z. (2000) Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropologia: Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo (Anais Eletrônicos)*: Brasília.

Martin. D. L (2021). Violence and Masculinity in Small-Scale Societies. *Current Anthropology*, 62(23), fev. 2021. DOI: 10.1086/711689.

Messerschmidt, J. W (2019). The Saliency of “Hegemonic Masculinity” Men and Masculinities, 22(1) 85-91.

Neacsiu A. D., & Linehan. M. M. (2016). Transtorno de personalidade Borderline. In: Harlow, D. (comp.), Rosa, A. C. S. M. da, & Meyer, R. E. Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos. (5º ed.) Porto Alegre: Artmed.

Organização Mundial de Saúde (2016). Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência.

Penso, M. A., & Costa, L. F. (Orgs.). (2008). A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção. Summus Editorial.

Raiford, J. L., Seth, P., Braxton, N. D., & DiClemente, R. J. (2013). Interpersonal and community-level predictors of intimate partner violence perpetration among African American men. *Journal of Urban Health*, 90(4), 784–795.

Rosenberg, M.B. (2021). Comunicação não-violenta. São Paulo : Editora Ágora.

Sant’Anna, T.C, Penso. M.A. (2016). A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. *Rev Psic Teoria e Pesquisa*, Brasília, Vol. 33, pp.1-11.

Silva, R. J. da., & Sanches, C. A. (2019). Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica no município de Caçador. *Ponto de Vista Jurídico*, 8(1), 66-74.

Streit, A. C. S. e S., Goulart, A. D., Gomes, J. M., Abianna, M. S., Alves, P. G. & Boeckel, M.G. (2022). Protocolo de Intervenção Online com Homens Acusados de Violência contra a Mulher: Experiência no Sul do Brasil. In: Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., & Hugill, M. de S. G. (Org.). *Grupos Para Homens Autores de Violência Contra as Mulheres no Brasil: Experiências e Práticas*. (1a ed). CEJUR.

Walker, L. E. *Battered woman*. New York: Harper & Row, 1979.

World Health Organization. (2013). Responding to intimate partner violence and sexual violence against women: WHO clinical and policy guidelines.

Zanello, V. (2018). Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação. 1 ed. Curitiba: Appris.

CONCLUSÕES GERAIS

Ao longo da vida, adquire-se estratégias de enfrentamento perante às diversas situações da vida, aos modos de se relacionar, a como são estabelecidas as dinâmicas relacionais, como portar-se diante de determinada emoção, dentre tantas outras. Essas estratégias acabam sendo permeadas por vieses do viver que tornam-se automáticos, padrões que se reproduzem e o GPHAV proporciona momentos de reflexão sobre estes processos de autoconhecimento.

Os principais resultados deste estudo, nos indicam que as intervenções que o protocolo GPHAV propõe, repercutem na concepção dos participantes acerca das formas como a violência se manifesta, ampliando-se a compreensão para as maneiras de violar a parceira íntima. A pesquisa também apontou que após a intervenção com os acusados de violência contra a mulher, diminuiu a relativização e minimização dos atos violentos, surgindo maior empatia pela dor do outro, concomitante ao reconhecimento das próprias emoções e dificuldades emocionais.

Os resultados encontrados reforçam a importância de os homens terem espaços de informação acerca das emoções, e ações afetivas, que transmitam acolhimento e escuta, para que experimentem falar de emoção e com a emoção em cena. Para os participantes da pesquisa, enquanto para muitos, principalmente por serem homens, é o primeiro momento da vida que lhes é permitido e autorizado falar sobre suas emoções, identificar o que sentem e falar sobre, sem nenhum julgamento e sem impedimento implícito ou explícito que barre eles.

Por mais que esses homens cheguem até o GPHAV por meio de uma determinação do Juiz, o que objetiva-se com as intervenções, não é que o processo grupal seja visto como uma punição e penalidade. E sim como uma oportunidade de atingir um nível nunca acessado em suas subjetividades, que durante suas existências foi bloqueado pelas determinações da masculinidade hegemônica. Produzimos na cultura e ela produz sobre nós, o que somos. Os atravessamentos de gênero enredam-se na cultura, produzindo uma existência performática, que encobre a veracidade e autenticidade de homens e mulheres. Das performances demandadas aos homens, estão as ações violentas naturalizadas. Mulheres coração (emoção), homens razão. Sem muito espaço para momentos emocionais, há uma autorização aos homens para ocupar este lugar de bruto e agressivo.

O comportamento violento torna-se, na vida do homem, uma maneira de gerir seus problemas internos e externos. Sem reconhecimento das suas emoções, elas não deixam de existir, elas estão ali, sendo propulsora de ações automáticas e impulsivas, respostas emocionais são rápidas, surgem fora da consciência. Por isso, a proposta interventiva psicoeducativa com viés reflexivo funciona para a alteração nas respostas emocionais.

Se comportar de maneira diferente perante às situações da vida, envolve uma complexa articulação entre racionalização e emoções. Viabilizar que estes homens conectem-se com suas emoções e identifique-as, facilita o processo de novas respostas emocionais, aquelas que surgem no impulso da raiva, por exemplo. Pois foi apresentada a eles a possibilidade de aceitar a raiva e manejar ela. Também, de ficar triste, e chorar. Nota-se que é assim que há maior clareza sobre como estão suas dinâmicas relacionais e torna-se possível estabelecer desempenhos mais saudáveis, que se distanciam das violências.

A participação destes homens no grupo é uma quebra de padrão sobre ambientes e dinâmicas relacionais conduzidas pelo modelo hegemônico e atravessamentos machistas. É o local que movimenta para a reflexão sobre seus atos violentos, em objetivo de responsabilização, e concomitante a isso é o mesmo espaço que assegura acolhimento, escuta e interesse sobre suas vulnerabilidades, sem torná-los fracos por acessá-las. O processo grupal, é, para muitos homens, o primeiro ambiente que proporcionou a oportunidade de nomear suas emoções, de compreender o que sentem com determinadas situações, e como porta-se a nível comportamental com aquilo que sentem, ademais, um espaço singular para expressarem-se no coletivo, no grupo, espaço potente para validar novas formas de ser.

Como pesquisadora é desafiador estar neste percurso de pesquisa-ação. Como mulher, nomearia como complexa e intensa a ação de intervir com homens acusados de violência contra a mulher com o objetivo de desconstruir estereótipos de gênero e concepções machistas. Para isto, o espaço de supervisão se fez necessário, e repercute no nosso preparo e manejo.

Acompanhei a grande maioria dos participantes, desde as entrevistas iniciais, antes do início dos nove encontros. O que é perceptível é a narrativa dos homens sobre sentirem-se injustiçados por estarem ali, e acompanhar o percurso deles neste

processo de intervenções que o protocolo proporciona é revigorante. Embora, ainda surjam resultados que não são o ideal esperado, há resultados satisfatórios.

Entre muitas situações que vivenciei ao longo destes dois anos, destaco duas situações que impactaram minha prática. A primeira é sobre um participante que no primeiro encontro, estava muito relutante, afrontoso e testando os limites, reclamando sobre o tempo do grupo ser longo e querendo fazer outras coisas durante o mesmo. Este homem estava com seus músculos à mostra, com a expressão de bravo e tom impaciente. No segundo encontro, atrasou-se, e, devido às regras existentes, não pude autorizar a entrada na sala virtual. Ao longo da semana entrei em contato com ele, avisando que uma segunda oportunidade seria dada. Este participante enviou muitas mensagens de agradecimento por não haver punição devido à sua falta. Em áudio, disse a ele que meu principal objetivo era auxiliá-lo neste processo e não puni-lo. A partir do terceiro encontro, este homem apresentou outra postura, outro tom de voz e uma participação ativa, sendo ali um dos principais a contribuírem para o andamento das atividades.

A segunda situação ocorreu no terceiro grupo, nos encontros finais, em que um homem chorou. No grupo um é continente para o outro, todos os outros homens presentes o incentivaram a esta expressão. Assim, encaminho-me para a finalização, demarcando o impacto do espaço que os grupos reflexivos propiciam na vida destes homens e, por conseguinte, nas pessoas que convivem com eles, também.

Por fim, as graves estatísticas de VPI solicitam que estratégias de enfrentamento eficazes cientificamente sejam providenciadas. As violências que permeiam as relações não são de cunho privado, é de responsabilidade de toda sociedade. O impacto que se espera ao aplicar o protocolo GPHAV é o rompimento de um padrão de violências, e isso implica em disponibilizar-se em afeto e esperança ao aplicá-lo. Mudanças profundas, para além da racionalidade, ocorrem com o vínculo estabelecido, para isto, é necessária a perspectiva dos facilitadores de que novos sentidos são possíveis.